

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 15

JOTA INFO
ANFIP

Emenda Constitucional busca alívio financeiro para aposentados (servidores públicos) 4

PORTAL EUCLIDENSE - EUCLIDES DA CUNHA - BA
ANFIP

Comissão busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicialização (Câmara dos Deputados) 5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF indicia Jair Bolsonaro e mais 11 por desvio de joias do acervo da Presidência 7

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alfândega apreende 1.262 kg de cocaína em 2 dias 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Split payment" terá três modalidades 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro e Mauro Cid são indiciados em caso de desvio de joias 12

FOLHA ONLINE - SP
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Incertezas atrasam elaboração do Orçamento enquanto ministérios pedem mais verba (Incerteza fiscal) 14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad, o bombeiro (Editorial) 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto deixa carne fora da cesta básica. Apostas e carro elétrico terão 'imposto do pecado' 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas aguardam medidas fiscais concretas 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Para área econômica, corte de R\$ 26 bi só alivia 2025 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Mercado de trabalho e juro alto puxam massa de renda de classes Ae B 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Há alívio. Mas a crise está contratada - CELSO MING 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incidência do Imposto Seletivo sobre o minério de ferro coloca economia brasileira em risco 27

O ESTADO DE S. PAULO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para que serve hoje o Plano Real (Artigo) 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados incluem carro elétrico e "bets" em "imposto do pecado" 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta deixa carne fora da lista de itens da cesta básica isentos de imposto 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto cria a figura do "nanoempreendedor" 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Plano era de estabilidade da moeda; faltou sequência" 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquotas para construção civil são reduzidas 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pontos mais polêmicos da reforma tributária ficam de fora do parecer 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para especialistas, pendências não foram resolvidas 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório mantém FIs "de papel" e Fiagros como não contribuintes 43

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresa deve ter 3 modelos para pagar imposto: entenda o que propõe regulamentação da reforma 44

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plano Safra é relevante para combater inflação 46

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Cashback' pode reduzir desigualdades na Reforma Tributária, mas aplicação gera dúvidas 48

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: por que carros elétricos podem ter de pagar mais imposto que caminhões a diesel? 50

Sexta-Feira, 5 de Julho de 2024

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Moeda contribuiu para a redução da pobreza 52

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

O mercado está mais calmo 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Importação cresce e reduz saldo comercial de junho em 33% 56

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

G20 falha em sanar riscos sistêmicos, diz grupo da sociedade civil 58

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Emprego e renda indicam que PIB pode surpreender (Editorial) 60

Emenda Constitucional busca alívio financeiro para aposentados (servidores públicos)

Gilberto Pereira

A **PEC 555/2006** visa reverter uma etapa da reforma da Previdência introduzida pela Emenda Constitucional 41/2003. Essa emenda passou a prever a incidência da contribuição previdenciária sobre os proventos e as pensões de aposentados e pensionistas do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS), que abrange os **servidores públicos** federais.

A PEC propõe a revogação do artigo 4º da EC 41/2003, acabando com a cobrança dessa contribuição sobre os proventos dos **servidores públicos** aposentados, conhecida como **Contribuição de Inativos**.

A revogação de imediato não ganhou fôlego. Então, em 2010, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o substitutivo que trazia uma alternativa: reduzir "em 20% a cada ano, a partir do sexagésimo primeiro aniversário do titular do benefício". Mesmo assim, a emenda não avançou pelo argumento de que tal medida impactaria nas contas públicas do governo federal.

De autoria do deputado Cleber Verde (MDB-MA) e outros signatários, a PEC 6/2024, batizada de PEC Social, foi apresentada para trazer novos elementos a fim de amenizar o impacto nas finanças públicas, conforme aponta estudo do Movimento Nacional dos **Servidores Públicos** Aposentados e Pensionista (Mosap).

Nesta nova proposta, a contribuição dos aposentados e dos pensionistas será reduzida em 10% a cada ano, a partir dos 63 anos para as mulheres e 66 anos para os homens. Aos 75 anos a contribuição cessa para todos.

O estudo demonstra que no primeiro ano o impacto seria de pouco mais de R\$ 5,8 bilhões, e no segundo ano cairia para R\$ 849,4 milhões. Em 2023, o impacto na Receita Corrente Líquida da União (RCLU) foi de 0,86%.

A cobrança de contribuição de aposentados e

pensionistas já perdeu a finalidade original, que era compensar desajustes fiscais promovidos pela adoção do Regime Jurídico da União (RJU) na esfera federal, o mesmo para estados, Distrito Federal e municípios.

É preciso levar em consideração também que os servidores que ingressaram na União a partir de 2013 ou os que optaram pelo regime complementar não sofrerão este desconto, o que revela o cenário de uma cobrança discriminatória para os aposentados e pensionistas, que são penalizados por estarem mais tempo no RPPS.

Diante disto, é urgente a necessidade da aprovação da PEC Social para corrigir essa injustiça e garantir a dignidade financeira desses beneficiários, que já contribuíram ao longo de suas vidas laborais.

Gilberto Pereira - Vice-presidente-executivo da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**). Graduado em Administração, Direito, Matemática e Contabilidade. Pós-graduado em Direito Tributário, Penal e Processo Penal

Site: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/emenda-constitucional-busca-alivio-financeiro-para-aposentados-05072024>

Comissão busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicialização (Câmara dos Deputados)

Por: MARCELO NOBRE

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados reuniu na quarta-feira (3) 14 representantes de trabalhadores, empresas e juristas em busca de consenso para reduzir a judicialização em torno da aposentadoria especial paga a trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde.

O tema é alvo de proposta - PLP 42/23, do deputado Alberto Fraga (PL-DF) - que reduz a idade mínima para a concessão do benefício e aumenta o valor para 100% da média das contribuições. Outros três projetos (PLPs 245/19, 74/23 e 231/23) são analisados em conjunto para superar as regras transitórias em vigor desde a reforma da Previdência de 2019 (Emenda Constitucional 103).

Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei complementar

A audiência pública foi solicitada pelos deputados Pastor Eurico (PL-PE) e Erika Kokay (PT-DF). Todos os convidados defenderam a regulamentação da aposentadoria especial, mas com variados motivos e sugestões de ajustes.

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Kieckbusch, afirmou que cerca de 1.500 novas aposentadorias especiais são concedidas por mês, mais de 80% por decisão judicial, o que gera insegurança para as atividades econômicas.

A CNI defende a regulamentação com foco em medidas preventivas. "O empregador deve criar ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e resilientes para descaracterizar a necessidade da aposentadoria especial e evitar processos na Justiça", disse Kieckbusch.

Acidentes de trabalho

O dirigente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV) Diego Cherulli comparou os custos entre aposentadoria especial e benefícios por

acidente. O **INSS** paga hoje 438 mil aposentadorias especiais, com valor total de R\$ 2,4 bilhões por mês. Ao mesmo tempo, há cerca de 1 milhão de benefícios pagos por acidente, com custo total de R\$ 2,2 bilhões por mês.

"Ou seja, o gasto do governo com o benefício pago por acidentes de trabalho é quase o mesmo que o da aposentadoria especial. Em vez de estar prevenindo, garantindo vida e gerando bem-estar, nós estamos pagando para aquele que se acidentou, já não tem mais bem-estar ou morreu, porque ali também tem a pensão por morte acidentária", afirmou.

Com mais de 7 milhões de acidentes com trabalhadores de carteira assinada desde 2012, o Brasil só está atrás de Índia, China e Indonésia nesse ranking, segundo Adriane Bramante, especialista em direito previdenciário.

"São números que não param de subir: enquanto estamos aqui discutindo, um trabalhador morreu por acidente de trabalho porque o ambiente de trabalho não é fiscalizado e é hostil", comentou Adriane.

Terceirizados

A subnotificação também é elevada. O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Santos, citou o caso dos terceirizados que, segundo ele, passam por invisibilidade no ambiente de trabalho e são vistos como "descartáveis".

"No dia a dia da nossa categoria, normalmente se fala que, com um vigilante morto, a empresa põe a farda em outro e a vida continua. Descartam a gente. E descartam também ao não nos enxergar na condição de ter direito", lamentou.

Riscos

Dirigente das Confederações Nacionais dos Urbanitários (CNU) e dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Elvio Vargas citou categorias que não têm conseguido a aposentadoria especial nem mesmo por meio de ações judiciais depois da reforma previdenciária. É o caso dos eletricitários expostos a

riscos de choque.

"Que empresa fica com o eletricista, aquele que sobe no poste, até os 65 anos de idade? E aí eu posso fazer a pergunta inversa também. Que trabalhador vai conseguir fazer um serviço especializado até essa idade? Não reconhecer a aposentadoria especial é jogar esses trabalhadores no limbo", argumentou.

Outras categorias também apresentaram peculiaridades de sua rotina de trabalho e pediram o direito à aposentadoria especial. O diretor da Federação Única dos Trabalhadores João Felchak citou a exposição dos petroleiros a ruídos e ao benzeno.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) apontou pressão atmosférica anormal, radiação ionizante, barulho e microvibração, além de fadiga, que coloca em risco a segurança de voo.

Exposição a agrotóxicos, doenças e violência em região de fronteira foram alguns dos riscos mostrados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário (Sintap).

Crerios tcnicos

Um dos consensos na regulamentao vem desde a aprovao do PLP 42/23 na Comisso do Trabalho : a aposentadoria especial deve ser concedida por exposio ao risco e no por categoria.

A Associao Nacional dos Auditores Fiscais (**Anfip**) defende riscos medidos in loco e caso a caso, alm de crerios tcnicos na definio dos agentes nocivos, a fim de reduzir a judicializao. Outros debatedores fizeram sugestes pontuais quanto a fiscalizao, afastamento no acidentrio e reincluso de contribuintes individuais.

Relator da proposta na Comisso da Previdncia, Pastor Eurico aposta em novos consensos: "Esperamos chegar juntos a um denominador comum."

Alm da Comisso de Previdncia, o texto ter de ser analisado pelas comisses de Finanas e Tributao; e de Constituio e Justia e de Cidadania. Depois, passar pelo Plnrio da Cmara. Se aprovado, seguir para o Senado Federal.

Notcias Relacionadas:

COLUNA ESPAÇO ABERTO - PORTO VELHO - RO
Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
IMPACTO PB
Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
GIRO DA REGIO - PRAIA GRANDE - SP

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
1 BILHO - SMO PAULO - SP

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
PORTAL GLOBO CIDADE - RJ

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
REPUBLICA NEWS - PALMITINHO - RS

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
PORTAL ACONTECEU - CHAPECO - SC

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
JAGUARIAVA EM FOCO - PR

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (CAMARA DOS DEPUTADOS)
REFERENCIA BRASIL - ONLINE - PE

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
VALADARES NA TV

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
PORTAL G1 - NOVA ALVORADA DO SUL - MS

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
BOM DIA SOROCABA - ONLINE

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
PATOS TV - PB

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
PORTAL A FONTE - PB

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
MS AQUI NEWS - PONTA PORÁ - MS

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)
GIRASSOL NOTCIAS - TO

Comisso busca consenso para regulamentar aposentadoria especial e reduzir a judicializao (Cmara dos Deputados)

Site:

<https://www.portaleuclidense.com.br/noticia/67561/comissao-busca-consenso-para-regulamentar-aposentadoria-especial-e-reduzir-a-judicializacao>

PF indicia Jair Bolsonaro e mais 11 por desvio de joias do acervo da Presidência

PEPITA ORTEGA E FAUSTO MACEDO | Bento Albuquerque Ex-ministro de Minas e Energia | Mauro Cid Ex-ajudante de ordens da Presidência | Mauro César Lourena Cid General e pai de Mauro Cid | Marcelo Câmara Ex-ajudante de ordens da Presidência | Frederick Wassef Advogado | Fabio Wajngarten Advogado e ex-chefe da Secom | Marcos André dos Santos Soeiro Ex-assessor de Bento Albuquerque | Osmar Crivelatti Ex-ajudante de ordens da Presidência | José Roberto Bueno Jr. Ex-chefe de gabinete de Bento Albuquerque | Julio Cesar Vieira Gomes Ex-chefe da Receita Federal | Marcelo da Silva Vieira Ex-chefe de documentação histórica da Presidência

A Polícia Federal indiciou o expresidente Jair Bolsonaro (PL) no inquérito que apura desvio e tentativa de venda de joias sauditas - o caso foi revelado pelo Estadão em março de 2023. A investigação imputa ao ex-chefe do Executivo federal indícios da prática dos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Além de Bolsonaro, foram indiciados 11 ex-assessores e aliados do ex-presidente, entre eles o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, o ex-chefe da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes e os advogados Frederick Wassef e Fabio Wajngarten.

Wajngarten foi chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom).

Bolsonaro vinha sendo investigado sob a suspeita de intervir, pessoalmente e por meio de funcionários da Presidência, para conseguir a liberação de um conjunto de joias dado pelo governo da Arábia Saudita e avaliado por peritos da PF em R\$ 5,1 milhões.

Como foi um presente institucional, os itens deveriam ser catalogados e incorporados ao patrimônio da União. O ex-presidente prestou depoimento à PF sobre esse caso em abril e em agosto do ano passado.

O relatório final da PF está prestes a ser entregue ao Supremo Tribunal Federal. Quando o inquérito for remetido formalmente ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, ele deve abrir vista à Procuradoria-Geral da República.

Cabe ao órgão se manifestar sobre um eventual

oferecimento de denúncia contra os investigados. O Ministério Público Federal pode seguir ou não o parecer da PF.

EXTERIOR. O indiciamento ocorreu na esteira da Operação Lucas 12:2, que apontou indícios de que Bolsonaro e aliados "atuaram para desviar presentes de alto valor recebidos em razão do cargo pelo ex-presidente para posteriormente serem vendidos no exterior".

Segundo a corporação, dados do inquérito indicam a possibilidade de o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal da Presidência - responsável pela definição do destino de presentes oferecidos por autoridade estrangeira ao presidente - "ter sido utilizado para desviar, para o acervo privado, presentes de alto valor, mediante determinação" de Bolsonaro.

À época em que a Lucas 12:2 foi aberta, os investigadores implicaram o ex-presidente em duas hipóteses criminais.

A primeira levantou suspeitas de que o esquema teria ocorrido durante quase toda a gestão de Bolsonaro, entre 2019 e dezembro de 2022, com o desvio de presentes recebidos pelo ex-presidente e a remessa, de forma oculta, para os Estados Unidos, em avião presidencial.

A PF indica que, naquele país, os presentes foram encaminhados para lojas especializadas na Flórida, em Nova York e na Pensilvânia, "para serem avaliados e submetidos à alienação, por meio de leilões e/ou venda direta".

Já a segunda hipótese criminal da PF é a de que o mesmo grupo teria ocultado "origem, localização e propriedade dos recursos financeiros decorrentes da alienação dos bens desviados do acervo público".

RESGATE. Segundo a apuração, após o Estadão revelar o recebimentos de kits de joias por integrantes do governo Bolsonaro, os investigados estruturaram uma "verdadeira operação para resgatar os bens, que estavam em estabelecimentos comerciais nos EUA, para retornarem ao Brasil e serem devolvidos ao governo brasileiro, tudo para cumprir uma decisão exarada pelo Tribunal de Contas da União (TCU)".

Dados de presente a Bolsonaro pelo regime ditatorial da Arábia Saudita, um par de brincos de diamantes, um relógio de luxo e um colar de ouro estavam na mochila de um assessor do então ministro Bento Albuquerque.

Era outubro de 2021 e as joias quase entraram de maneira irregular no País. A investida foi barrada pela Receita no Aeroporto de Guarulhos (SP).

A história começou com a primeira visita de Bolsonaro à Arábia Saudita, em 2019. Na visita, o ex-presidente recebeu do rei Salman Bin Abdulaziz Al Saud um relógio Rolex. O item ficou com o ex-chefe do Executivo e, posteriormente, foi vendido por assessores da Presidência nos Estados Unidos.

Em março de 2021, foi exposto que três pacotes de joias entregues pelo governo saudita chegaram ao País de forma irregular.

Um dos kits foi apreendido em Guarulhos e os outros dois foram entregues para o ex-presidente, que incorporou os itens ao "acervo privado" dele. A prática é ilegal, tendo em vista que a legislação brasileira exige que presentes sejam entregues para o patrimônio da Presidência.

DEFESAS. Advogado de Mauro Cid, Cezar Bitencourt disse apenas que o tenente-coronel está cumprindo "normalmente" o acordo de delação que fechou com as autoridades e que o indiciamento "é só mais uma fase das investigações".

Wassef negou que Bolsonaro ou Mauro Cid tenham pedido que ele resgatasse o relógio Rolex no exterior. "Eu estava em viagem nos Estados Unidos e apenas pratiquei um único ato, que foi a compra do Rolex com meus próprios recursos, para devolver ao governo federal. Entreguei espontaneamente à Polícia Federal todos os documentos que provam isto.

Nem eu e nem os demais advogados do ex-presidente tivemos acesso ao relatório final, o que choca a todos, o vazamento à imprensa de peças processuais que estão em segredo de Justiça. Estou passando por tudo isto apenas por exercer advocacia em defesa de Jair Bolsonaro", declarou.

Fábio Wajngarten criticou a conduta da PF. "O meu indiciamento se baseia na seguinte afronta legal: fui indiciado porque, no exercício de minhas prerrogativas, defendi um cliente, sendo que em toda a investigação não há qualquer prova contra mim. Fui indiciado pela razão bizarra de ter cumprido a lei." Disse ainda que sua orientação, como advogado, foi a de que os presentes "fossem imediatamente

retornados à posse do Tribunal de Contas da União". Ele afirmou que vai recorrer "a todas as instâncias da Justiça".

As defesas dos outros indiciados não haviam se manifestado até a noite de ontem.

Denúncia

PGR terá de se manifestar sobre o oferecimento ou não de denúncia contra os indiciados

Outros indiciados

I Bento Albuquerque

Ex-ministro de Minas e Energia

I Mauro Cid

Ex-ajudante de ordens da Presidência

I Mauro César Lourena Cid

General e pai de Mauro Cid

I Marcelo Câmara

Ex-ajudante de ordens da Presidência

I Frederick Wassef

Advogado

I Fabio Wajngarten

Advogado e ex-chefe da Secom

I Marcos André dos Santos Soeiro

Ex-assessor de Bento Albuquerque

I Osmar Crivelatti

Ex-ajudante de ordens da Presidência

I José Roberto Bueno Jr.

Ex-chefe de gabinete de Bento Albuquerque

I Julio Cesar Vieira Gomes

Ex-chefe da **Receita Federal** | Marcelo da Silva Vieira
Ex-chefe de documentação histórica da Presidência

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alfândega apreende 1.262 kg de cocaína em 2 dias

Em dois dias, a Alfândega da **Receita Federal** apreendeu no Porto de Santos mais do que o triplo da quantidade de cocaína que havia sido interceptada por lá em todo o ano de 2024. Ao todo, 1.262 kg da droga foram encontrados nesta semana, número superior aos 361 kg localizados de janeiro a junho. As causas da alta repentina ainda são apuradas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Split payment" terá três modalidades

Guilherme Pimenta, Raphael Di Cunto, Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro De Brasília

O parecer do grupo de trabalho (GT) da **reforma tributária** alterou as regras do "split payment", criando três modalidades para o sistema, com o intuito de permitir que ele seja realizado de forma concomitante para todos os arranjos de pagamentos, como boletos, Pix e cartão de débito e crédito.

O "split payment" é o mecanismo que permitirá a quitação e distribuição automática dos **impostos** à União, Estados e municípios. Na avaliação de técnicos do governo, ele também será fundamental para o ressarcimento rápido dos créditos tributários e para a redução da inadimplência, da sonegação e fraudes.

A mudança no texto do governo Lula (PT) tem o objetivo de não prejudicar nenhum dos meios de pagamento na transição para o novo modelo, que ainda será desenvolvido pelo Executivo e é tido como a base da reforma sobre o consumo.

O mecanismo vincula a nota fiscal à transação de pagamento, sendo possível separar do valor pago o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) devidos, entregando para o vendedor a diferença já sem os **tributos**. Além disso, como o recolhimento é automático, visa coibir a sonegação fiscal.

O parecer traz três modalidades para o modelo, diferentemente do texto enviado pela Fazenda, que só previa um tipo de "split payment". Agora, ele foi dividido em "inteligente", "simplificado" e "manual".

O modelo "inteligente" prevê que o meio de pagamento deve consultar o sistema da **Receita Federal** e do Comitê Gestor do IBS para recolher apenas a diferença entre o valor que incidiria na operação e quanto do imposto já foi pago mediante compensação de créditos ao fornecedor. Na avaliação de técnicos da Fazenda, isso assegura que não haja retenção em excesso do contribuinte.

Já o "simplificado" é reservado para vendas no varejo para não contribuintes, em operação na qual é realizada a segregação de um percentual fixo de D3S/CBS. O sistema é opcional ao fornecedor e a alíquota de retenção será definida em conjunto pela Receita e Comitê Gestor.

Por último, o "split payment" "manual" servirá para os pagamentos fora do sistema financeiro, para quem comprar com dinheiro ou cheque, meios que não forem eletrônicos.

Em qualquer caso, os meios de pagamento são responsáveis apenas pelo recolhimento, não sendo responsáveis em caso de inadimplência ou erro nas informações prestadas. "Conseguimos avançar no modelo", avaliou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), integrante do GT, em entrevista aos jornalistas.

"A apropriação do crédito vinculada ao pagamento do débito está condicionada à implementação de uma dessas modalidades de "split". Essa é a principal mudança positiva", explicou um técnico da Fazenda.

Além disso, o parecer determinará que será aprovado um orçamento pelo Poder Executivo e pelo comitê-gestor do IBS para desenvolvimento, operação e manutenção do sistema, de forma a garantir seu funcionamento, o que causa preocupações entre as empresas. E que, se não for adotado, as empresas poderão utilizar os créditos sem a exigência de que o fornecedor tenha pago corretamente seus **impostos**.

O parecer também reduziu o prazo de ressarcimento para os créditos em dinheiro para empresas que aderirem a programas de conformidade desenvolvidos pelo comitê-gestor do IBS e pela Receita. Nesses casos, o pagamento ocorrerá em até 45 dias após a solicitação. O contribuinte que não fizer parte desses programas teve mantido o prazo de 75 dias.

Também foi reduzido o prazo para quitação de créditos fora do padrão, que representem valores muito superiores à média mensal de créditos apropriados pelo contribuinte. O governo tinha sugerido uma devolução em até 285 dias, mas os parlamentares reduziram para 185 dias. Haverá ainda a possibilidade de uma fiscalização especial por mais 360 dias.

Esses prazos são utilizados para empresas que não possuem **impostos** suficientes para gastarem todos os seus créditos dentro da cadeia produtiva. O imposto pago pelo fornecedor gera um crédito para ser abatido do imposto devido pelo comprador. A empresa contratante utiliza esses créditos para quitar seus **impostos** com a União, Estado ou município.

Caso não tenha outros **tributos** a abater, o projeto

permite um ressarcimento em dinheiro. Mas, para as empresas, os prazos estabelecidos pelo governo eram muito longos e as obrigavam a buscar meios mais caros para financiar seu capital de giro, como empréstimos. Os deputados abrandaram esses prazos, embora com algumas restrições.

Se o governo atrasar os pagamentos além desse prazo, terá que corrigir os valores pela Selic, taxa básica de juros da economia. Neste ponto, as empresas pediam uma remuneração maior para evitar a retenção de créditos, mas o pedido não foi atendido pelo GT.

"Conseguimos avançar no modelo do "split payment"

Hildo Rocha

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1)**

Bolsonaro e Mauro Cid são indiciados em caso de desvio de joias

Isadora Peron, Flávia Maia e Mariana Assis De Brasília

A Polícia Federal (PF) concluiu o inquérito das joias nesta quinta-feira e apontou o indiciamento de Jair Bolsonaro (PL) e outras 11 pessoas, entre elas o tenente-coronel Mauro Cid, que foi ajudante de ordens do ex-presidente. O grupo teria atuado no desvio de itens de luxo que Bolsonaro recebeu quando estava no governo. Os crimes apontados são de lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa.

Agora, o relatório final será enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O próximo passo é ele encaminhar o processo à Procuradoria-Geral da República (PGR). É a partir desse momento que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, vai analisar o material e decidir se há evidências para apresentar uma denúncia contra o ex-presidente. Ele também pode optar por pedir o arquivamento da investigação ou requisitar novas diligências.

Segundo interlocutores da PGR, se Gonet estiver convencido de que há elementos para apresentar uma denúncia contra o ex-mandatário, isso será feito antes de 16 de agosto, quando começa oficialmente a campanha eleitoral. A data foi estabelecida para que a medida não seja vista como uma interferência nas eleições municipais de outubro.

Entre os indiciados, também está o general da reserva Mauro César Lourena Cid, pai do ex-ajudante de ordens, e outros dois assessores de Bolsonaro na Presidência, Osmar Crivelatti e Marcelo Câmara, além dos advogados Fabio Wajngarten e Frederick Wassef.

A PF também indiciou Bento Albuquerque (ex-ministro de Minas e Energia Bento), José Roberto Bue-no Júnior (ex-chefe de gabinete de Albuquerque), Marcos André dos Santos Soeiro (ex-assessor de Albuquerque), Marcelo da Silva Vieira (ex-chefe do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência da República) e Julio Cesar Vieira Gomes (auditor e ex-chefe da **Receita Federal**).

A investigação sobre o caso das joias começou em março do ano passado, após o jornal "O Estado de São Paulo" revelar que, em outubro de 2021, integrantes do governo Bolsonaro tentaram entrar irregularmente no Brasil com um kit entregue pelo governo da Arábia

Saudita que continha peças crave-jadas de diamantes.

O pacote estava com um dos assessores de Bento Albuquerque e foi apreendido pela **Receita Federal** no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Na ocasião, o próprio ministro tentou convencer os agentes a liberarmos diamantes.

A partir dessas informações, a Polícia Federal instaurou um inquérito e, em agosto de 2023, deflagrou a Operação Lucas 12:2, que teve como alvos o pai de Mauro Cid e outros personagens próximos a Bolsonaro, que foram agora indiciados.

Para os investigadores, um esquema foi montado para vender joias, relógios, esculturas e outros objetos valiosos nos Estados Unidos. Pelas regras, esses presentes oficiais deveriam ter sido incorporados ao acervo do Estado brasileiro.

Recentemente, a PF descobriu a existência de uma nova joia, após cumprir diligências nos EUA. No mês passado, Mauro Cid e o pai foram chamados a prestar depoimento sobre o assunto.

Em março, a PF indiciou Bolsonaro, Mauro Cid e outras 15 pessoas no caso que apura a falsificação de certificados de vacinas contra a covid-19. A PGR, no entanto, pediu que as investigações fossem aprofundadas e, nessa quinta-feira, houve uma nova operação.

Até o fechamento desta edição, a defesa de Bolsonaro não havia se manifestado. Advogado de Mauro Cid, Cezar Bitencourt afirmou que esta etapa não muda nada na linha da defesa. "Indiciamento é só mais uma fase das investigações", disse.

Já Wajngarten afirmou, pelas redes sociais, que o indiciamento era uma "afronta legal" e que não havia provas contra ele. Sua atuação no episódio, afirmou, foi na condição de advogado. "Minha orientação advocatícia foi a de que os presentes recebidos pelo ex-presidente da República fossem imediatamente retornadas à posse do Tribunal de Contas da União", afirmou. "Tentar me incriminar é absurdo e revela a fragilidade das acusações sistematicamente feitas pela Polícia Federal nos últimos 18 meses", complementou.

Wassef, por sua vez, admitiu que atuou para comprar

de volta um Rolex vendido nos Estados Unidos, mas disse que esse pedido não partiu nem de Bolsonaro nem de Mauro Cícl. "Eu estava em viagem nos Estados Unidos por quase um mês e apenas pratiquei um único ato, que foi a compra do Rolex com meus próprios recursos, para devolver ao governo federal. Entreguei espontaneamente à Polícia Federal todos os documentos que provam isto."

Ele também disse que não teve acesso ao relatório final da PF e reclamou do vazamento das informações sobre o caso, que está sob sigilo. "Estou passando por tudo isto apenas por exercer advocacia em defesa de Jair Bolsonaro."

"Estou passando por tudo isto apenas por defender Bolsonaro" Frederick Wassef

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1)**

Incertezas atrasam elaboração do Orçamento enquanto ministérios pedem mais verba (Incerteza fiscal)

A dificuldade para fechar as estimativas de receitas e despesas e as medidas necessárias para equilibrar as contas em 2025 provocou atrasos no processo de elaboração do Orçamento e gerou reclamações de diferentes ministérios.

A grita não se resume à demora no envio do limite para gastos discricionários que cada pasta terá no ano que vem, mas é também uma tentativa antecipada de atenuar qualquer possível redução de verbas diante das restrições enfrentadas pela equipe econômica.

O impasse é agravado pela falta de projeções precisas sobre o impacto de medidas já tomadas pelo governo ou em avaliação. Até agora, o governo anunciou a intenção de fazer um corte de R\$ 25,9 bilhões nas despesas obrigatórias no ano que vem, a partir do pente-fino de benefícios sociais, mas os detalhes ainda não foram divulgados.

Do lado das receitas, o governo já calculava ter um rombo de cerca de R\$ 50 bilhões a cobrir para alcançar a meta fiscal zero para 2025.

A falta de dados mais exatos dificultou o avanço na formulação do Orçamento nas últimas semanas, e os chamados referenciais monetários dos ministérios não foram distribuídos para o restante da Esplanada. Os órgãos precisam do número para fazerem suas contas e estimarem recursos adicionais necessários. Agora, o envio está previsto para a segunda quinzena de julho.

Uma das fontes de incerteza, conforme relatos feitos à Folha, é a adesão zero à principal medida de arrecadação de 2024 -a negociação especial para contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**.

Até o fim de maio nenhum contribuinte aderiu formalmente ao programa, criado com a promessa de gerar R\$ 55,6 bilhões neste ano. Técnicos do governo acreditam que parte do recurso poderá entrar no caixa ainda em 2024, mas há dúvida de quanto contabilizar nas estimativas do ano que vem.

Receba no seu email o que de mais importante

acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Por outro lado, outras iniciativas adotadas pelo governo tiveram um desempenho acima do esperado e devem gerar receitas extras também em 2025. É o caso da taxação de fundos exclusivos de investimento, concentrados nas mãos dos super-ricos, e dos recursos em paraísos fiscais (offshores). O governo ainda está atualizando as projeções dessas medidas.

Do lado dos gastos, a equação ainda é desafiadora. Técnicos dos ministérios envolvidos no pente-fino precisam elaborar notas e pareceres que deem sustentação ao impacto da economia anunciada na quarta-feira (3) pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) após reunião extraordinária da JEO (Junta de Execução Orçamentária), formada pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda, do Planejamento e da Gestão.

O encontro foi o terceiro da equipe econômica naquele dia e ocorreu a menos de dois meses do prazo para fechar todos os números e entregar a proposta orçamentária ao Congresso Nacional, em 31 de agosto.

Economistas veem o corte concentrado no pente-fino com ceticismo, embora o anúncio tenha contribuído para a melhora do ambiente no mercado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, tem demonstrado resistência e descartado opções mais estruturais, prolongando o vaivém na discussão fiscal.

O chefe do Executivo já riscou da lista alternativas como desatrelar do salário mínimo o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e alterar a previdência dos militares. "O problema não é que tem que cortar. Problema é saber se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação. Temos que fazer essa discussão", afirmou Lula há cerca de uma semana ao portal UOL.

Diante do quadro, a equipe econômica já avisou ministros de que a probabilidade de aumento de verbas em relação a 2024 é baixa, antes mesmo de

enviar a informação do espaço para gastos em 2025. Diferentes pastas manifestaram insatisfação internamente com o cenário, e outras vêm ressaltando a necessidade de ampliar recursos.

O Ministério do Turismo, por exemplo, afirma à Folha que pretende propor aumento de verbas no Orçamento do ano que vem para melhorar a infraestrutura turística do país, com foco na reconstrução do setor no Rio Grande do Sul.

O Itamaraty diz que precisa de verba maior do que a de 2024 devido à organização da COP30 (Conferência da Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Belém, em novembro de 2025) e da Cúpula dos Brics, entre outros itens.

Apesar das demandas, a situação de aperto orçamentário é vista em ao menos uma ala da equipe econômica como oportunidade para convencer o primeiro escalão do governo de que as dificuldades fiscais têm implicações sérias para cada pasta. A visão é que muitos titulares da Esplanada ficam alheios à discussão sobre as contas e a necessidade de revisar gastos enquanto fazem internamente pedidos ambiciosos de verbas.

Por isso, técnicos esperam que o processo de elaboração do Orçamento resulte em maior participação dos ministros no debate fiscal, inclusive para defender mudanças e até reformas estruturais para liberar espaço para outras despesas.

Os entraves na discussão se mantêm mesmo após o governo baixar a meta fiscal para 2025, que passou a ser de zero, com uma alta gradual até chegar a 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2028.

Na apresentação do novo arcabouço fiscal, a promessa era entregar um superávit de 0,5% do **PIB** no ano que vem e alcançar um resultado positivo de 1% do **PIB** já em 2026, último ano de mandato de Lula.

Na época da flexibilização, em abril, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reconheceu que os reveses sofridos pelo governo na busca por medidas de arrecadação contribuíram para a decisão de rever a trajetória.

"O ano começou mais desafiador em relação a gastos tributários. Estamos enfrentando um revés junto ao Congresso Nacional. É fundamental que venham acompanhadas de compensação, sob pena de comprometer a trajetória de recuperação fiscal", disse o secretário na ocasião.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/incertez-as-atrasam-elaboracao-do-orcamento-enquanto-ministerios-pedem-mais-verba.shtml>

Haddad, o bombeiro (Editorial)

Após semanas de fritura pública, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi escalado para conter a crise de confiança desencadeada pelas trágicas declarações do presidente Lula da Silva, que questionou, em diversas ocasiões, a necessidade de o País adotar uma política fiscal austera e de reduzir os gastos públicos.

Haddad passou o dia reunido com Lula da Silva para então dizer, ao final dele, que o governo vai cortar R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias no Orçamento de 2025. O valor, segundo ele, não é arbitrário. "É um número que foi levantado linha a linha do Orçamento daquilo que não se coaduna com o espírito dos programas sociais que foram criados", afirmou.

O anúncio, ao lado dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e do Planejamento, Simone Tebet, foi uma tentativa de passar a impressão de que as ferrenhas disputas internas entre os membros do governo estão superadas.

Lula da Silva, segundo Haddad, determinou que o arcabouço fiscal seja preservado a qualquer custo. Antes, o presidente já havia feito sua parte. Provocado pela imprensa, recusou-se a criticar o Banco Central e, em discurso, enfatizou que a responsabilidade fiscal é um compromisso do governo. A estratégia foi suficiente para que a cotação do dólar recuasse a R\$ 5,56, uma queda de 1,7%, mas ainda longe do patamar registrado no início do ano.

Era óbvio que a mudança de tom adotada pelo presidente produziria efeitos imediatos no mercado financeiro, o que claramente mostra a insensatez de manter uma atitude tão autodestrutiva nos últimos dias. Fato é que o estrago está feito, e o retorno do dólar a patamares mais próximos aos de janeiro, em torno de R\$ 4,90, dependerá da real disposição do governo em colocar esse discurso em prática.

O primeiro teste será no fim deste mês, quando algumas das ações a serem adotadas em 2025 serão antecipadas durante a divulgação do relatório de avaliação do Orçamento deste ano. O ministro adiantou que o Executivo terá de adotar medidas para assegurar o respeito ao limite de gastos e o cumprimento da ambiciosa meta de déficit zero.

Segundo o Broadcast/Estadão, o bloqueio de despesas pode chegar a R\$ 10 bilhões neste ano, embora especialistas calculem que o cumprimento do

limite inferior da meta exija algo mais próximo de R\$ 40 bilhões.

Não houve detalhamento dessas medidas, mas, ao que parece, o que se pretende é centrar esforços na revisão cadastral em despesas previdenciárias e de assistência social. Fraudes, por óbvio, sempre devem ser combatidas, mas pentes-finos não costumam gerar economia relevante ao erário.

O crescimento dos gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, não se deu por acidente.

Se hoje eles atingiram R\$ 103 bilhões no acumulado de 12 meses, foi porque as regras de acesso ao benefício foram flexibilizadas por uma lei aprovada em 2021.

No caso da **Previdência Social**, cujos gastos atingiram R\$ 930 bilhões no acumulado de 12 meses, de fato houve aumento de concessões de benefícios temporários, como o auxílio-doença, mas as aposentadorias e pensões também tiveram crescimento.

Tampouco é justo atribuir a culpa desse avanço à política de redução de filas dos pedidos ao **INSS**. Ainda que as filas continuassem, seria questão de tempo para que os benefícios fossem concedidos a quem realmente tem direito a eles.

Ademais, bloqueios e contingenciamentos são medidas importantes, mas pontuais, e o anúncio de um número baixo será mal recebido pelo mercado. Como se sabe, não basta cumprir o arcabouço fiscal, uma vez que algumas das principais despesas da União crescem à revelia do dispositivo - que, é sempre bom lembrar, foi proposto pelo próprio governo de Lula da Silva.

Apostar unicamente na recuperação de receitas já não basta para cumprir a meta fiscal, e o Congresso já deixou claro que não aceita propostas que aumentem **impostos**. Mais cedo ou mais tarde, o governo será cobrado a apresentar medidas que representem cortes estruturais de despesas, e o discurso supostamente responsável do governo será posto à prova.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto deixa carne fora da cesta básica. Apostas e carro elétrico terão 'imposto do pecado'

VICTORIA ABEL E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA ERFO

REFORMA TRIBUTÁRIA

Os deputados do grupo de trabalho que trata da regulamentação da **Reforma Tributária** apresentaram ontem o parecer do primeiro projeto que detalha a mudança constitucional. O texto ainda será debatido por líderes antes de ir ao plenário da Casa, portanto está sujeito a alterações. A primeira versão deixou de fora da cesta básica, com alíquota zero, produtos de proteína animal, como carne bovina, frango e peixe. Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a isenção de **impostos** para a carne in natura. Na quarta-feira, porém, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já havia afirmado que seria um "preço pesado" a pagar. O argumento era que isentar a carne elevaria a alíquota geral prevista na Reforma, hoje estimada em 26,5%, para mais de 27%.

O assunto ainda deve ser alvo de discussão com as bancadas dos partidos na Câmara, mas, de acordo com o parecer, a carne terá alíquota menor, com redução de 60% em relação à alíquota padrão. Lira prevê a votação do texto na semana que vem, mas ainda não há um relator definido.

-Em cima do banco de dados do Banco Mundial, vimos que a carne poderia ter impacto na alíquota padrão - disse Cláudio Cajado (PP-BA), um dos integrantes do grupo de trabalho.

De acordo com o texto, fazem parte da cesta básica nacional, isenta de **impostos**: arroz, leite pasteurizado ou industrializado, leite em pó, fórmulas infantis, manteiga, margarina, feijão, raízes e tubérculos de alguns tipos, cocos, café, óleo de soja, farinha de mandioca, farinha de trigo, açúcar, massas de alguns tipos e pães do tipo comum.

Em outra frente, os parlamentares incluíram na lista de produtos com alíquota zero itens de higiene menstrual, como absorventes. Anteriormente eles teriam redução de 60% na alíquota. Entraram também tampões higiênicos, calcinhas absorventes e coletores menstruais. Por outro lado, o medicamento citrato de

sildenafil, mais conhecido como Viagra, ficou na lista de produtos com alíquota reduzida - ou seja, não terá isenção total de **impostos**.

A proposta também estipula produtos com alíquotas reduzidas e descontos que vão de 40% a 60% para serviços relacionados a educação, saúde e construção civil.

NANOEMPREENDEDORES Outras novidades no texto apresentado são a inclusão de carros elétricos e apostas no grupo de produtos que serão taxados com o Imposto Seletivo ou, como tem sido chamado, "imposto do pecado". Estes itens pagarão uma alíquota maior, mas o percentual ainda não foi definido.

A lógica do modelo é tributar mais itens que fazem mal à saúde ou ao meio ambiente. O argumento usado para incluir carros elétricos na lista foi o fim pouco sustentável de baterias usadas nesses veículos. Elas são feitas de lítio. O argumento é que a proteção ambiental deve ocorrer "do berço ao túmulo", ou seja, da extração do material até seu descarte. Outros produtos na mira do "imposto do pecado" são cigarros e bebidas alcoólicas, entre outros. Havia a expectativa de que as armas pudessem ser incluídas no Imposto Seletivo, mas isso não ocorreu. A inclusão de produtos nessa lista é também uma forma de tentar manter a alíquota padrão da **Reforma Tributária** no patamar previsto pelo Ministério da Fazenda de 26,5%.

De outro lado, o parecer cria isenção tributária para o "na-nocmpreendedores", uma nova categoria de empresários com faturamento menor que os microempreendedores individuais (MEIs). O limite para ser enquadrado na modalidade será de R\$40.500 de faturamento anual.

Atualmente, MEIs com renda de até R\$ 81 mil podem optar pela tributação reduzida do Simples Nacional. A contribuição do MEI hoje varia entre R\$ 71,60 e R\$ 76,60, sendo 5% de **INSS**, R\$ 5 de ISS e R\$ 1 de ICMS. De acordo com o parecer, a nova categoria de nanoempreendedores não vai pagar nada. Parlamentares citam categorias como revendedores porta a porta, motoristas de Uber e mototáxi como

possíveis interessados.

- Será para qualquer atividade que tenha um faturamento menor que R\$ 40.500 por ano, até para Uber, moto-taxista -afirmou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Os nanoempreendedores não terão direito a aposentadoria, por exemplo, como os MEIs, já que não estarão contribuindo para o **INSS**. Mas poderão se formalizar para evitar que auditorias fiscais os cobrem pelos serviços prestados, segundo parlamentares.

- É uma espécie de porta aberta para formalização dos empreendedores começando. O governo pode ter mais dados para entender o grande mercado que estava fora do ambiente de desenvolvimento. Mas não está claro ainda se a ideia é dar direitos previdenciários a eles sem contribuírem -afirmou Célio Bernardi, presidente da Associação Empresarial de Florianópolis.

Com o parecer, será possível avaliar o que prevê a Reforma para cada setor. Companhias aéreas, por exemplo, só terão alíquota diferenciada se garantirem 600 assentos diários na aviação regional. Voos regionais ligam trechos de curta e média distância e são feitos por aviões de pequeno porte.

O parecer detalha como serão implementados o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que reúne ICMS e ISS -e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), referente a PIS/Cofins e IPI. Juntos, formam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

(Colaborou Ana Clara Veloso)

CONHEÇA AS MUDANÇAS

A **Reforma Tributária**, promulgada no ano passado pelo Congresso, vai unificar os **impostos** que hoje incidem sobre o consumo em um único tributo, que terá as seguintes alíquotas:

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Analistas aguardam medidas fiscais concretas

CAROLINA NALIN *carolina.nalin@infogtobo.coni.br*

A promessa de cumprimento do arcabouço fiscal neste ano e nos próximos, determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e enfatizada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi bem recebida por especialistas que acompanham de perto as contas públicas. Ainda assim, a avaliação geral é que é preciso acompanhar os próximos passos do governo. Só o atual discurso, dizem, é pouco para garantir o equilíbrio fiscal nos próximos anos.

O anúncio de cortes da ordem de R\$ 25,9 bilhões para fechar as contas de 2025 deve trazer algum alívio, mas há preocupação sobre o quão plausível é fazer esse enxugamento apenas com um pente-fino nos programas ministeriais. Permanece, entre analistas, a preocupação com a situação fiscal de médio prazo. Eles alertam que, se não houver ajustes no Orçamento, há chances de o arcabouço fiscal não resistir até 2027.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, o mais importante da fala de Haddad foi o anúncio de compromisso com a meta fiscal, com o aval do presidente. Prova disso, diz Salto, é a apreciação do câmbio nos dois últimos dias, depois da recente disparada do dólar.

-O sinal foi bem dado. Lula acertou e, se seguir respaldando seu ministro da Fazenda, não acho que voltará a errar nessa matéria -afirma Salto. -A palavra do ministro da Fazenda e do presidente da República tem fé pública. Ponto final. Se não cumprirem o prometido, o filme é conhecido. Eu aposto que cumprirão. A questão é que temos de olhar também para o médio prazo.

Ele considera bem-vindo o corte de gastos anunciado para 2025, mas aguarda os detalhes do que e como será cortado. O principal desafio à execução desses cortes, diz Salto, é o Congresso. Ele afirma que Câmara e Senado têm sinalizado um descompromisso inédito com o equilíbrio das contas públicas do país.

'EMPURRAR OS PROBLEMAS' Marcos Mendes, economista e pesquisador do Insper, calcula que o governo ainda precisaria bloquear pelo menos R\$ 23 bilhões em despesas para cumprir a meta fiscal deste ano, mas seria preciso "coragem política": - Se o

governo mostrar que está comprometido com contas confiáveis e bloquear acima desse valor, aí vamos ver que mudou alguma coisa. Mas, se continuar, aí é uma sinalização de que nada mudou e de que o governo continua com a mesma tática de empurrar os problemas pra frente.

Mendes vê com certo ceticismo a capacidade do governo de cortar despesas na ordem de R\$ 25,9 bilhões por meio de um pente-fino. Ele presume que o governo está se baseando no estudo do ex- secretário da Previdência Leonardo Rolim, que elencou dez processos de melhoria de gestão administrativa e de processos do **INSS**. Caso se trate realmente desse relatório, o economista considera temerário o governo anunciar um corte dessa magnitude sem antes começar a atingir os primeiros resultados.

- Isso (pente-fino) não é uma coisa que se faz de uma hora pra outra. Requer, sobretudo, determinação de continuar fazendo. E uma reestruturação forte de vários serviços, que não é trivial fazer.

ARCABOUÇO VAI RESISTIR?

Para Mendes, há chances de o governo diminuir a previsão de despesas no Orçamento de 2025 e subestimar o gasto com benefícios previdenciários, como ocorreu este ano.

Ele alerta que o arcabouço fiscal permite um crescimento máximo das despesas de 2,5% ao ano, e o governo precisa mirar esse teto para evitar problemas futuros.

- Com o forte aumento das despesas obrigatórias, as despesas discricionárias vão ter uma compressão muito grande, e já em 2027 o governo não conseguirá cumpri-las. Ou o arcabouço é mudado em 2027, em que você tira algumas despesas do limite, ou então o arcabouço não resiste a partir de 2027 -afirma o economista.

João Pedro Leme, analista da Tendências Consultoria, considera importante que o ministro da Fazenda e o presidente Lula tenham reforçado o compromisso com o arcabouço fiscal. Mas diz que as medidas anunciadas até agora pelo governo são insuficientes para colocar o resultado primário dentro da banda permitida para 2025 pela regra fiscal.

Um corte de despesas de R\$ 25,9 bilhões em 2025, calcula Leme, levaria o cenário de déficit primário projetado pela Tendências de -0,6% para -0,35% do **PIB**, ainda aquém do intervalo de 0,25% a -0,25% previsto no arcabouço fiscal. Nas projeções da consultoria, o governo só alcança o déficit zero em 2028.

- Desvincular receitas da União, fazer um pente-fino nos programas... Tudo isso é importante para conseguir eficiência do gasto público. Mas não resolve os principais drivers que jogam o gasto público para cima, que são a manutenção dos subsídios e a regra de valorização do salário mínimo, que puxa o valor pago no BPC (benefício pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda) e a **Previdência Social** - diz Leme.

FAZER UMAREFORMA AMPLA Para Guilherme Tinoco, pesquisador associado do Ibre FGV, as declarações de Haddad emitiram um sinal positivo, que dará algum tempo ao governo, até que seja retomada a discussão estrutural de contenção do avanço das despesas obrigatórias.

- O que foi falado ontem ainda é pouco diante do necessário para cumprir o arcabouço. Ajuda a estancar um pouco o movimento de perda de credibilidade, mas vai demandar sinais mais concretos nas próximas semanas -afirma Tinoco.

Salto, da Warren, diz que é urgente criar um plano fiscal de médio prazo, devido ao elevado grau de rigidez orçamentária: - Precisamos de uma reforma orçamentária ampla, que cuide das indexações e vinculações, para justamente pararmos de jogar dinheiro pela janela. Nesse aspecto, gostei da fala do presidente dizendo que não desperdiça dinheiro. Agora é a prática. Vamos ver.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para área econômica, corte de R\$ 26 bi só alivia 2025

Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta, Renan Truffi e Fabio Murakawa De Brasília

A área econômica do governo avalia que o corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias será suficiente para equilibrar a proposta orçamentária de 2025. Para 2026, no entanto, novas medidas precisarão ser adotadas. As discussões prosseguem e não há ideia vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apurou o Valor.

A efetividade do pente-fino em programas sociais é vista com cautela por especialistas em contas públicas. Isso porque foi prometida para este ano uma economia de R\$ 9 bilhões a R\$ 14 bilhões na Previdência, mas nada nesse sentido foi comprovado até agora. Além disso, permanece entre eles a dúvida quanto à sustentabilidade fiscal de longo prazo.

Os cortes começaram a ser detalhados ontem com as respectivas pastas, em reuniões comandadas pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa. Foram convidados os ministros da Previdência, Carlos Lupi, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, além de técnicos da área econômica.

Na tarde desta quinta-feira, 4, durante reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social**, Lupi informou que a gestão petista planeja fazer, a partir de agosto, uma revisão nos benefícios concedidos pelo **INSS**.

"Agosto começamos a revisão de 800 mil benefícios [do **INSS**] com algum indício de irregularidade, fraude ou que precisam ter a revisão periódica por lei. Acreditamos que teremos resultado positivo disso. Vamos servir como modelo", explicou o ministro.

O Valor apurou, com integrantes do MDS, que a pasta rechaça qualquer possibilidade de ajustar ainda mais o tamanho dos programas sociais. De acordo com interlocutores do ministério, Dias já teria feito todo o tipo de revisão possível no Cadastro Único (CadÚnico), sistema que serve de base para permitir ou não a entrada de novas famílias em benefícios sociais, no ano passado.

Após os entendimentos da Casa Civil com as pastas, as medidas de pente-fino serão detalhadas.

A redução de gastos será baseada em ajustes operacionais nos programas sociais e eliminará benefícios que são pagos de maneira "errada", segundo se classifica nos bastidores do governo. Filtros de controle que haviam sido eliminados no passado recente serão retomados, e outros serão redesenhados. Cadastros passarão por pente-fino.

Assim, a economia de R\$ 25,9 bilhões é vista na área econômica como um piso. O número reflete a proposta que as pastas levaram à Junta de Execução Orçamentária QEO). No entanto, existe potencial para ganhos adicionais.

Um dia depois de Lula reafirmar seu compromisso com o arcabouço fiscal e dar sinal verde à equipe econômica para fazer o necessário para cumprir as metas de resultado das contas públicas de 2024, 2025 e 2026, o clima na equipe econômica era de confiança que a credibilidade da política fiscal será gradualmente reforçada.

Especialistas receberam bem a revisão de gastos, mas levantaram dúvidas sobre o impacto das medidas sobre as contas públicas.

"Eu acho que medidas que vão na linha da eficiência do gasto são sempre bem-vindas", comentou a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto. Ela considera que o resultado das avaliações de gastos feitas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento pode dar uma contribuição importante ao ajuste fiscal.

"Minha questão fica em apostar nisso para a meta fiscal", ponderou. "O governo anunciou algo semelhante para RGPS [Regime Geral da **Previdência Social**] para este ano, mas ainda não foi possível observar esses efeitos nos dados realizados até agora."

O economista-chefe da corretora Tullet Prebon, Fernando Montero, fez as contas. Somando o que o **INSS** paga de benefícios previdenciários e assistenciais, o Bolsa Família e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o gasto anual é de R\$ 1,3 trilhão. "Se o benefício médio é de R\$ 20,7 mil anuais, e imaginando que o pente-fino se distribua normalmente, uma economia de R\$ 25,9 bilhões requeria cortar 1,25 milhão de benefícios", comentou. "Dias atrás o ministro

da Previdência celebrava ter suspenso 57,6 mil benefícios até meados de maio deste ano."

Se os cortes se concentrarem em benefícios de valores médios mais baixos, como seguro-defeso e famílias unipessoais do Bolsa Família, o corte precisará ser "bastante maior", acrescentou.

A falta de demonstração da efetividade das economias prometidas na Previdência foi também lembrada pelo head de Macroeconomia da ASA, Jeferson Bittencourt, ex-secretário do Tesouro.

Ele considera positivo o governo esteja olhando para a qualidade do gasto público e avaliou que o corte de R\$ 25,9 bilhões, além de dar mais espaço para as despesas discricionárias do governo, ajuda a dissipar ruídos de curto prazo em relação à política fiscal.

"Mas não deve ter efeitos sobre a sustentabilidade fiscal de longo prazo", disse. Em primeiro lugar, porque o perfil das contas públicas mudará drasticamente a partir de 2027, com a inclusão do pagamento de precatórios dentro do limite de gastos do arcabouço - diferentemente do que ocorre hoje.

"Além disso, toda esta discussão não muda a trajetória de crescimento da despesa total, porque são mudanças feitas na composição da despesa sob o limite de gastos", observou. Os gastos estão num patamar elevado desde a PEC da Transição e com um crescimento real garantido pelo arcabouço fiscal, acrescentou.

"O governo não vem conseguindo encontrar receitas suficientes para cobrir estas despesas, por isso o mercado não vê o governo tendo superávit primário até 2029", disse. "Sem mudanças nas regras de crescimento da despesa total, estas medidas não deveriam mudar em nada as projeções."

O reforço na credibilidade da política fiscal terá um ato concreto no próximo dia 22, quando deverão ser anunciados um bloqueio (contenção de despesas para cumprir o limite do arcabouço) e um contingenciamento (contenção para garantir o cumprimento da meta fiscal). Os números ainda são refinados, mas é possível que a soma dos dois ultrapasse a marca dos R\$ 10 bilhões.

Especialistas questionam eficácia do chamado pente-fino nos programas sociais

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1>

Mercado de trabalho e juro alto puxam massa de renda de classes A e B

Marsílea Gombata De São Paulo

Beneficiadas pelos juros ainda altos e a conjuntura positiva da economia e do mercado de trabalho, as classes A e B devem ver a massa de renda ter crescimento expressivo neste ano, em comparação com as mais classes mais baixas, comumente favorecidas por transferências governamentais, segundo estudo da Tendências Consultoria, disponibilizado ao Valor.

A massa de renda domiciliar total deve avançar 5,6% em 2024, após alta de 7,4% em 2023, mostra a análise Classes de Renda e Consumo no Brasil: 2024-2034.0 crescimento se dará principalmente pela renda do trabalho, que tende a crescer 6,6% ao longo deste ano, refletindo a dinâmica favorável do mercado de trabalho. No estudo da Tendências, todas as altas citadas são reais, ou seja, acima da inflação.

A alta da massa de renda nas classes mais altas deve ser substancialmente maior que as mais baixas, segundo a análise.

A perspectiva é que o maior crescimento ocorra na classe B, cuja massa de renda deve avançar 7,2%, após crescer 8,7%. Na classe A, a projeção é de crescimento de 6,6% da renda, após alta de 9,7% em 2023.

A classe C, por sua vez, deve ver a massa de renda subir 4,5%, depois de crescimento de 3,7%. Enquanto nas classes D e E, o crescimento deve ser de 3,2%, após alta de 5,6% no ano passado.

A Tendências considera classe A os domicílios com renda domiciliar superior a R\$ 24,8 mil mensais. Esses representam 37,5% do total da massa de renda, mas apenas 3,9% dos domicílios. Já a classe B seria representada por domicílios com renda mensal entre R\$ 8 mil e R\$ 24,8 mil, representando 21,9% da massa e 15% dos lares no Brasil.

Na classe C, a renda domiciliar vai de R\$ 3.300 a R\$ 8 mil. Ela corresponde a 18,4% do total da massa e 31,2% das famílias. Enquanto as classes D e E são aquelas com renda mensal domiciliar de até R\$ 3.300, correspondendo a 22,2% da massa total e a 49,9% dos domicílios.

"O principal "driver" por trás dessa alta é o dinamismo do mercado de trabalho, tanto no que diz respeito à ocupação quanto ao aumento do salário mínimo real. O segundo é a Previdência, já que o ajuste é atrelado ao salário mínimo. A Previdência é importante especialmente para a composição de renda das famílias mais pobres", diz a economista Alessandra Ribeiro, sócia-diretora da Tendências.

"Um outro vetor tem a ver com a categoria que classificamos como "outros ganhos", como investimento, aplicação, aluguéis e dividendos, que esperamos que suba 4,9% neste ano. É muito representativa na classe A, e responde por 75% do rendimento nela, em comparação a 11% na classe B. Mesmo com a redução da Selic em relação ao ano passado, a taxa básica de juros ainda está em patamar muito alto." Para ter um crescimento sustentado, com juros menores, o país precisa ter equilíbrio das contas públicas.

"Sistema financeiro do Brasil beneficia exclusivamente os mais ricos"

Hélio Zylbersztajn

Os juros ainda altos beneficiam mais a classe A do que as demais porque o desenho do mercado de capitais brasileiro favorece isso, afirma Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

"O modelo de sistema financeiro do Brasil acaba beneficiando exclusivamente os mais ricos. Não temos um mercado de capitais popular", diz. "Se houvesse um sistema de aposentadoria no qual as pessoas poupassem para aplicar no mercado de capitais por meio de fundos de investimento, a maioria dos trabalhadores poderia participar desse processo."

Nas classes B e C, o impulso vem da renda do trabalho, uma vez que o peso dos salários na composição de sua renda é maior. Na classe B chegará a 84% neste ano. Na C, a 90,3%.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), observa a Tendências,

refletem aquecimento dos empregos com carteira assinada nos primeiros meses de 2024, ritmo que deve se manter no restante do ano, apesar da perspectiva de perda de fôlego da atividade econômica.

As classes D e E terão a menor alta da renda domiciliar neste ano. Isso se deve à forte dependência dessas classes em relação a transferências do governo como **Previdência Social**, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família, cuja massa de renda neste ano deve avançar menos que o rendimento do trabalho.

O estudo da Tendências mostra que a renda do trabalho, que representa 54,2% da massa total, deve ter alta de 6,6%, na comparação com 2023. A da categoria outros, que corresponde à remuneração do capital financeiro, com aluguéis e lucros, deve ter o segundo maior crescimento, de 4,6%. A da Previdência deve crescer 11,1%, e a do BPC e do Bolsa Família, 1,6%.

Renda disponível

Diante da alta da massa de renda domiciliar e a **inflação** projetada para 3,8% neste ano, a Tendências prevê que a renda disponível (após gastos com itens essenciais como habitação, transportes e alimentação) da classe A vai chegar a R\$ 1,4 trilhão em 2024, alta de 6,1% em relação a 2023. A classe B deve dispor de R\$ 587,3 bilhões para o consumo de itens não essenciais - alta anual de 6,4%.

A classe C deve ter renda disponível de R\$ 366,7 bilhões, o que seria uma alta de 3,7% em relação a 2023. Já as classes D e E podem ter R\$ 321,1 bilhões para itens não essenciais, 2,6% a mais do que no ano passado.

"O topo da pirâmide social (classe A) conta com maior espaço para corte de gastos, uma vez que a participação do consumo de bens essenciais em seu consumo total é proporcionalmente menor que nas classes D e E", afirma o texto, ao ressaltar que as classes médias (C e B) têm de 30% a 40% do orçamento disponível para consumo de itens de primeira necessidade.

Nesse sentido, a Tendências alerta que o aumento dos preços de alimentos - que chegou a 0,62% em maio, ante abril - afeta todas as classes, mas as mais baixas, que possuem menor parcela de renda disponível, devem sentir mais esse efeito.

"O que temos visto em 2024 é uma alta mais forte de alimentos, e isso pesa muito para pessoas de baixa renda, porque a parcela do orçamento que gastam

nisso é maior que a dos mais ricos", afirma Maria Andréia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Para famílias de classe baixa, um quarto do gasto é com supermercado. Para as ricas, esse gasto não chega nem a 10%. Para uma família com renda de até R\$ 2 mil, isso significa R\$ 500. Para uma com renda de R\$ 40 mil, são R\$ 4 mil em comida."

Lameiras argumenta que as famílias mais pobres têm o orçamento justo e, em momentos de crise, têm de reorganizar o consumo ou cortar itens. Enquanto as ricas possuem orçamento mais flexível e, se preciso, podem abrir mão de comprar algum item supérfluo ou de poupar naquele mês.

"Além disso, conseguem se proteger contra a **inflação** porque têm aplicações financeiras que muitas vezes remuneram mais que o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)", diz. "O que não ocorre com as famílias pobres, que acabam sendo penalizadas pelo aumento dos preços por não terem nenhum hedge." Dados do Ipea mostram que em maio os preços dos bens e serviços consumidos pelas famílias de renda alta avançaram 0,46%, ante abril, devido ao reajustes de passagens aéreas e transportes por aplicativo. Para as famílias de renda muito baixa, a **inflação** avançou 0,48%, puxada por alta dos preços de alimentos no domicílio, artigos de higiene pessoal e tarifas de água, esgoto e energia elétrica.

O Ipea considera que estão no segmento de renda muito baixa as famílias com renda domiciliar menor que R\$ 2.105,99.0 de renda baixa são aquelas com entre R\$ 2.105,99 e R\$ 3.158,99, e o de renda média baixa, entre R\$ 3.158,99 e R\$5.264,98.

O segmento de renda média compreende domicílios com renda entre R\$ 5.264,98 e R\$ 10.529,96. O de renda média alta vai de R\$ 10.529,96 a R\$ 21.059,92, e o de renda alta, superior a R\$ 21.059,92.

No acumulado em 12 meses até maio, contudo, a **inflação** cresceu com mais força para o segmento de renda alta (4,84%) do que o de renda muito baixa (3,2%).

"Tivemos aceleração dos preços de serviços, que pesam mais para famílias de renda mais alta, que gastam parte considerável da renda com plano de saúde, recreação, passagem aérea", argumenta a economista do Ipea.

Varejo

Apesar da **inflação** persistente, o estudo da Tendências prevê que o cenário para as vendas no varejo seguirá positivo neste semestre, com maior dinamismo de bens duráveis no decorrer do ano, devido à retomada da melhora nas condições financeiras e ao mercado de trabalho ainda aquecido.

Mas a consultoria alerta que, apesar de ser uma condição necessária, o ingresso no mercado de trabalho formal tem sido insuficiente para a mobilidade social no Brasil.

"No longo prazo, a migração das famílias das classes D e E para classe média deve ser lenta, acompanhando um fenômeno típico de países com alta desigualdade de renda", diz o estudo. "O maior entrave ao crescimento da renda dos estratos sociais mais pobres é a educação não revertida em produtividade."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1)**

Há alívio. Mas a crise está contratada - CELSO MING

CELSO MING

Ainda não dá para ter certeza de que o presidente Lula caiu do cavalo, como Paulo de Tarso no caminho de Damasco, e de perseguidor da ganstança se tenha tornado pregador da austeridade fiscal.

Mas alguma coisa aconteceu para que, depois de renitentes combates em que pereceu o equilíbrio das contas públicas, tivesse, enfim, autorizado o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a cortar R\$ 25,9 bilhões das despesas que integrariam o Orçamento da União de modo a garantir déficit zero em 2025.

Pelas informações disponíveis, Lula parece ter-se convencido de que "o poder real é o do mercado" e que o desinteresse pelo equilíbrio fiscal produziria pesadas perdas eleitorais no reduto aliado.

A nova disposição do presidente Lula produziu alívio. As cotações do dólar caíram 5,5% nos três últimos dias úteis. Demonstam que o tal mercado levou a sério a postura mais austera do governo.

Mas o câncer continua aí. As despesas obrigatórias da União alcançam hoje 93% do Orçamento.

Correspondem a gastos com **Previdência Social**, salários dos funcionários públicos, recursos para Educação e Saúde, etc. Impressiona a velocidade com que essa proporção aumenta ano a ano. Era de 37% das despesas primárias em 1987 e, pelos cálculos do Ministério do Planejamento, se nada até lá contiver a escalada, ultrapassará os 100% nos próximos anos.

Se todo orçamento deve refletir as prioridades de um governo, então o governo Lula não consegue ter prioridades, porque não consegue ter verbas livres para usá-las nas suas opções de política.

Até agora, a estratégia do governo Lula limitou-se a contar (ou a torcer) pelo aumento da arrecadação. E ela bem que vem aumentando, um pouco pelo aumento do **PIB** e outro pelo esforço administrativo da Receita.

No entanto, as despesas aumentam ainda mais que as receitas.

A crise parece contratada.

Mais dia ou menos dia, o colapso acontecerá. É o futuro da dívida pública que está em jogo.

Os investimentos de uma empresa ou de um projeto de desenvolvimento não têm retorno imediato. Levam anos para se pagarem. A incerteza que contamina os negócios não é pura insegurança individual do empresário ou do conselho de administração de uma empresa.

A marcha da dívida virá junto com a escalada do câmbio, com o encarecimento das importações, com o aumento da **inflação** e dos juros e, nessa paisagem, tudo fica nublado.

Muita coisa boa pode ajudar a reverter esse quadro. As contas externas são exuberantes, só a balança comercial aponta para superávit de US\$ 80 bilhões, o agro continua dando show. E é raro o país que conta com potencial tão promissor para a inevitável transição energética. Mas é preciso antes equacionar a questão fiscal que exigirá muito mais do que as nem sempre críveis declarações de intenção.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Incidência do Imposto Seletivo sobre o minério de ferro coloca economia brasileira em risco

A balança comercial brasileira pode ser impactada negativamente com o avanço do Imposto Seletivo. A constatação, levantada por diferentes especialistas, é explicada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). De acordo com a entidade, a incidência do tributo poderá prejudicar a sustentabilidade econômica do Brasil, assim como a competitividade do país em âmbito internacional.

Na prática, o IS acarretará em uma perda aproximada de R\$ 736 milhões em exportações, considerado o valor exportado no último ano. Em um contexto geral, em 2023, o valor da produção minerária nacional chegou a R\$ 248 bilhões. Em exportações, a área alcançou valores próximos a US\$ 43 bilhões, resultando em um saldo comercial positivo de US\$ 31,95 bilhões, representando 32% do saldo total da balança comercial. No que diz respeito aos **tributos** e encargos, o segmento foi responsável pelo recolhimento de R\$ 85,6 bilhões.

Já no primeiro trimestre de 2024, o minério de ferro representou, sozinho, 47% da balança comercial brasileira, com exportações que atingiram US\$ 8,1 bilhões, dos quais 74,4% são referentes ao minério de ferro. Os números, que evidenciam a importância crucial do setor mineral para a economia, também geram a preocupação caso o Imposto Seletivo avance com a **Reforma Tributária**.

"Caso o Imposto Seletivo seja aplicado também sobre as exportações dos minerais, o impacto será devastador para a competitividade internacional dos nossos produtos minerários.

Um levantamento da consultoria EY mostra que o Brasil já possui a maior carga tributária sobre a produção de 10 minerais entre os seis maiores produtores de commodities do mundo. A oneração do setor, por mais um tributo, deixaria o país ainda menos competitivo frente aos seus principais concorrentes", informa Raul Jungmann, presidente do IBRAM.

Na avaliação da entidade, aplicar o imposto contraria a lógica original do tributo, que deve focar no consumo final de produtos que são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e não na produção de commodities

essenciais para a economia do Brasil. "O imposto tem um conflito na origem, pois sua aplicação deveria estar voltada ao consumo. No entanto, no caso do setor mineral, a cobrança se dá na extração, considerando o valor de mercado final do minério, o que não reflete seu custo original.

Isso gera um desequilíbrio e injustiça tributária, penalizando um setor vital para a economia nacional", explica.

Na prática, o conflito na origem do Imposto Seletivo está atrelado à sua aplicação voltada para reduzir o consumo do produto final acabado, como a bebida alcoólica e o cigarro. O presidente do IBRAM informa que, no caso do setor mineral, a cobrança é gerada na matéria prima de diversas cadeias produtivas - ou seja, está sendo cobrado em um insumo. "Seria como se o imposto da cerveja fosse cobrado na cevada, e não no momento do consumo, como é a prática de um IS", comenta.

O presidente do IBRAM destaca que, nesse contexto econômico, o tributo incidirá sobre produtos e serviços que fazem mal à saúde ou ao meio ambiente, mas ao incluir neste grupo alguns dos principais setores de exportação do país, como a mineração e o petróleo e gás, o governo onerará ainda mais uma atividade que é vital para o desenvolvimento do país, porque afetará a nossa balança comercial.

Jungmann ainda indica que o minério de ferro é um insumo que não possui substituto, ou seja, as cadeias posteriores não podem escolher usar outro bem mineral no lugar do minério de ferro. Além disso, ele reitera que o Imposto Seletivo é um tributo não recuperável e quando incide sobre insumos das cadeias produtivas, inevitavelmente, leva ao grave problema da cumulatividade, que é exatamente um dos principais problemas do atual sistema, e que a **Reforma Tributária** busca solucionar.

"O minério de ferro é um bem mineral essencial à economia do país e ao superávit da balança comercial, conforme reconhecido pelo Ministério de Minas e Energia. Um bem considerado essencial ao país não pode ser tributado com o Imposto Seletivo, que visa

desestimular o seu consumo", pontua.

Segundo a entidade, o argumento é de que a cobrança do IS se baseia no impacto ambiental, mas, no caso da mineração, e em qualquer empreendimento a ser construído no país, ele é compensado no processo de licenciamento.

"Além disso, o setor paga a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), prevista na Constituição de 1988, e que é repartida entre a União, estados e municípios. A CFEM é recolhida ao longo de todo o ciclo de atividade da operação. Em 2023, a arrecadação da CFEM alcançou R\$ 6,7 bilhões, que estão incluídos nos R\$ 85,6 bilhões recolhidos em **tributos** e encargos pelo setor", complementa.

Indústria das indústrias "Sem o aço, que é feito do minério de ferro, não temos o carro elétrico, aerogeradores ou placas solares. Por sua vez, todos esses equipamentos, importantes para a transição energética, demandam os chamados minerais críticos e estratégicos, como lítio, nióbio, terras-raras e cobre", exemplifica Jungmann.

Para o presidente do IBRAM, é necessário reconhecer a relevância da mineração brasileira, especialmente devido a sua presença estratégica para tornar o Brasil o principal protagonista para a transformação energética pela qual o mundo precisa passar.

"No caso do minério de ferro, é preciso, portanto, descarbonizar a indústria do aço. E mais uma vez o Brasil sai na frente. Depois de quase 20 anos de pesquisa, a Vale desenvolveu um briquete de minério de ferro de baixa emissão capaz de reduzir em 10% as emissões na siderurgia.

A primeira usina de briquete já está em operação no Espírito Santo. No futuro, quando o hidrogênio verde estiver disponível, a produção de aço de zero emissão", comenta.

Por essa razão, o executivo defende uma reavaliação do IS proposto pela **reforma tributária**.

Caso seja instituído, haverá o encarecimento de matéria-prima para a siderurgia nacional, o que trará um cenário preocupante para a competitividade brasileira.

"Não há aço verde sem minério de ferro, porque a matéria-prima principal do aço é o minério de ferro. O grande salto de tecnologia será na substituição do combustível usado no alto-forno siderúrgico. No alto-forno, o minério de ferro precisa ser derretido na primeira etapa para sua transformação em aço.

Hoje, usa-se como combustível neste processo o coque, que é um produto fóssil. No futuro, a ideia é usar o hidrogênio verde no lugar do coque, o que vai permitir zerar as emissões na siderurgia", informa.

No que diz respeito ao fomento de uma economia verde, no âmbito da área de energia, a Agência Internacional de Energia avaliou que, até 2030, haverá U\$S 1,2 trilhão de investimentos direcionados à transição energética. Para o Brasil, isso significa mais oportunidades de emprego e renda por meio de uma economia sustentável.

Hoje, o setor mineral brasileiro emprega quase 2,5 milhões de pessoas ao longo da cadeia de mercado e representa 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A transição energética poderá gerar ainda mais oportunidades para os brasileiros.

"A mineração brasileira tem um papel estratégico na transição energética do mundo e pode contribuir para que o Brasil se torne, de fato, o seu principal protagonista. O caminho para uma economia de baixo carbono é impossível sem a ampliação da eletrificação, seja por meio de baterias, aerogeradores ou placas solares. E tudo isso exige os chamados minerais críticos e estratégicos, com lítio, nióbio, terras-raras e cobre", ressalta Jungmann.

Desafios para o setor mineral Além da preocupação voltada ao IS, outros aspectos também acendem um sinal vermelho para o segmento da indústria mineral. Reputação, morosidade na aprovação do licenciamento ambiental e falta de investimentos em pesquisa mineral são algumas das dificuldades para a área. De acordo com o IBRAM, o Brasil produz, hoje em dia, 1,2 bilhão de toneladas de minérios por ano.

"Atualmente, 2.699 municípios recolhem a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), os royalties da mineração, pela produção de 91 tipos de substâncias. São quase 48% do total os municípios brasileiros. Essa é uma prova que somos um país essencialmente minerador - e devemos nos orgulhar disso.

Apesar desses grandes números, o setor mineral não é percebido pela sociedade", lamenta o presidente.

O minério de ferro é um bem mineral essencial à economia do país e ao superávit da balança comercial, conforme reconhecido pelo Ministério de Minas e Energia. Um bem considerado essencial ao país não pode ser tributado com o Imposto Seletivo, que visa desestimular o seu consumo

Raul Jungmann, presidente do IBRAM

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Incidência do Imposto Seletivo sobre o minério de ferro coloca
economia brasileira em risco

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6144/05-07-2024.html?all=1>

Para que serve hoje o Plano Real (Artigo)

Fernando Gabeira

Fernando Gabeira JORNALISTA

Trinta anos de Plano Real nos levam a pensar em muitas coisas. Uma delas, a mais animadora, é saber que o Brasil é capaz de resolver problemas complexos, como a hiperinflação, que até hoje atormenta nossos hermanos argentinos.

Muitos desdobramentos positivos na história recente do País dependeram da atmosfera criada pelo Plano Real. Um deles é a política social da primeira década do século que garantiu a Lula da Silva uma grande fidelidade dos setores mais vulneráveis da população.

Nem todos os problemas foram resolvidos ali. A **reforma tributária** que deve ser aprovada neste ano é considerada um passo adiante na trilha aberta pelo Plano Real.

Mas o que se discute com intensidade hoje é o ajuste fiscal.

Lula parece confrontado com duas saídas indigestas.

Uma delas é voltar-se para os setores mais pobres, desvincular benefícios previdenciários do salário mínimo, reduzir investimentos na saúde e na educação.

Existe a alternativa de olhar para cima e para o lado: cortar subsídios, acabar com supersalários, rever a aposentadoria dos militares, realizar uma reforma administrativa.

Há uma série de outras medidas que reduzem gastos. Uma delas é evitar o desperdício nas despesas sociais. A Índia resolveu isso criando um sistema digital e um número para cada pessoa. Custou dinheiro, suscitou debates, mas economizou milhões de dólares.

Enquanto decide, Lula parece preocupado com não ter encontrado ainda o caminho do aumento da popularidade, algo que todo governante gostaria de ter, sobretudo para não ser surpreendido eleitoralmente.

Ele escolheu bater no Banco Central e criticar a alta taxa de juros.

É indiscutível que a taxa de juros é alta. Mas também

para um consenso o fato de que discursos não podem baixá-la.

Mas, se discursos não podem baixá-la, é justo afirmar que contribuem para aumentá-la?

Lula se ressentido das críticas de que suas falas influenciam o preço do dólar. Na verdade, ele depende de múltiplos fatores, alguns deles, talvez os principais, acontecendo fora do Brasil.

O problema é que o discurso de um presidente sempre pode ser aproveitado por especuladores.

E isso eleva artificialmente o dólar.

O ideal seria um cálculo político mais frio na formulação dos discursos. Mas Lula parece estar indo no sentido oposto.

Recentemente, chamou os jornalistas de "cretinos", por estabelecerem uma conexão entre suas falas e o aumento do dólar.

Ele tem o direito de achar que os jornalistas erram e de criticá-los.

Uma coisa é dizer que estão equivocados e que suas interpretações não correspondem aos fatos. Outra é insultá-los.

Por que é preciso tomar mais cuidado? Lula não pode se esquecer do capital político que reuniu para derrotar Jair Bolsonaro. É um equívoco dilapidar esse capital, revivendo o estilo Bolsonaro de tratar a imprensa.

Neste momento do mundo, todos nós estamos vendo as coisas ficando mais difíceis. Joe Biden foi um fiasco no debate presidencial nos EUA e caminha para uma derrota. A Suprema Corte americana tomou uma decisão que fortalece os presidentes, tornando-os parcialmente imunes. Deu a chave para o autoritarismo de Trump, caso volte à presidência.

As eleições parlamentares na Europa indicaram um avanço da direita. Emmanuel Macron dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições. A direita venceu e, agora, somente um arranjo perfeito no segundo turno poderá evitar que faça o primeiro-ministro.

Com os EUA e a Europa caminhando para a direita, as

consequências serão muito sérias.

A Ucrânia terá dificuldades para sobreviver, pois a vitória tanto na Europa como nos EUA é também uma vitória de Vladimir Putin, tão próximo da extrema direita.

O pior de tudo é que ascendem ao poder negacionistas do aquecimento global. Já estamos ultrapassando a meta, fixada para 2030, de aumento de 2,5 graus na temperatura considerada um marco para evitar o desastre.

Imigrantes, minorias, todos vão pagar uma cota de sacrifício, mas a própria sobrevivência da humanidade estará em perigo.

Neste contexto, é difícil pensar o Brasil como uma ilha social- democrata, sobretudo porque a direita é forte no País.

Os tempos não estão para equívocos na política econômica, muito menos para arrogância entre democratas.

No Plano Real houve um pouco o sentido de unidade nacional.

A maioria das forças políticas compreendeu sua importância e a população captou muito rapidamente o sentido progressista da reorganização econômica.

A verdade é que a economia atual, graças também ao Plano Real, não vive os tormentos daquela época, mas também é verdade que os desafios se transformaram e pedem um nível de amadurecimento que às vezes se dissolve nas vertigens do poder.

Se olharmos os rumos do mundo e os rumos do Brasil, podemos sentir como é instável a situação, como é necessário fazer tudo para estabilizá-la e como isso pede também o que existiu no Plano Real: conhecimento técnico e habilidade política.

Olhando os rumos do mundo e os do Brasil, podemos sentir como é instável a situação, como é necessário fazer tudo para estabilizá-la e como isso pede também o que existiu no Real

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Deputados incluem carro elétrico e "bets" em "imposto do pecado"

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA

O grupo de trabalho formado na Câmara para analisar a regulamentação da **reforma tributária** apresentou ontem seu primeiro relatório. O texto incluiu os jogos de azar, físicos e digitais (como as apostas esportivas, as "bets"), e os veículos elétricos na lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo - o chamado "imposto do pecado", que vai tributar com uma alíquota extra itens considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Os deputados decidiram ainda deixar as carnes fora da cesta básica com imposto zero, apesar da pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela isenção de proteínas animais mais populares, como o frango (mais informações na pág. B2).

Esse primeiro relatório trata da implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, de Estados e municípios), em substituição a cinco **tributos** que recaem hoje sobre o consumo de bens e serviços (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS). O objetivo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é concluir a votação antes do início do recesso parlamentar, que começa no próximo dia 18. O governo enviou à Câmara um pedido de urgência constitucional, para que o projeto seja apreciado diretamente no plenário, sem passar por novas instâncias.

"Os jogos de azar são prejudiciais à saúde e deveriam entrar na lista de produtos a serem tributados, assim como incluímos os carros elétricos. É um carro que, do berço ao túmulo (da produção à reciclagem), polui, principalmente no túmulo, diferentemente dos carros a combustão", afirmou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), um dos integrantes do grupo de trabalho.

Como revelou o Estadão, a inclusão dos elétricos no Seletivo foi uma recomendação feita pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, alegando não fazer distinção entre veículos a combustão, híbridos e elétricos e citando a fabricação e descarte da bateria como fatores poluentes.

Segundo os deputados, os caminhões foram poupados do Imposto Seletivo. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que o transporte de carga no País é basicamente rodoviário e que, por isso, deveria escapar da sobretaxa.

Além de veículos elétricos e jogos de azar, a lista apresentada ontem pelos deputados cita aeronaves e embarcações; cigarros; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; e bens minerais (como petróleo e minério de ferro).

Alimentos ultraprocessados continuaram fora do Seletivo, assim como as armas - tema que deverá voltar à discussão em plenário.

O vice-presidente Geraldo Alckmin chamou de "equivoco" o entendimento sobre as armas. "Tem de desonerar comida", afirmou.

Calendário Governo apresentou pedido de urgência constitucional para tentar apressar votação do relatório

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Proposta deixa carne fora da lista de itens da cesta básica isentos de imposto

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA /
COLABORARAM VICTOR OHANA, IANDER PORCELLA e
LUIZ ARAÚJO

Apesar da pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela isenção de proteínas animais consumidas pelos mais pobres, as carnes ficaram fora da lista de produtos da cesta básica com imposto zero na proposta de regulamentação da **reforma tributária** apresentada ontem pelo grupo de trabalho da Câmara.

"Há ainda pontos de divergências no texto. Esses pontos serão discutidos nas bancadas", afirmou o deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que integra o grupo, ao apresentar o texto.

"Qualquer situação diferenciada para algum setor vai impactar a alíquota de referência (do IVA), de 26,5%. Mas acreditamos que conseguimos reduzir essa alíquota pelas melhorias que fizemos no texto", acrescentou ele.

As falas do presidente Lula a favor da isenção de carnes mais populares, como frango, fizeram crescer a pressão do setor de alimentos sobre os parlamentares pela ampliação dos itens da cesta.

Na quarta-feira, no lançamento do Plano Safra, Lula chegou a dizer que ficaria "feliz se puder comprar carne sem imposto".

A inclusão das carnes na cesta, porém, elevaria a alíquota de referência do novo IVA. Nas contas da equipe econômica e do Banco Mundial, a inclusão das carnes na cesta básica teria impacto de 0,57 ponto percentual na alíquota-padrão - que iria a 27,1%, como mostrou o Estadão.

A proposta enviada pela equipe econômica ao Congresso já não previa nenhum tipo de carne na cesta básica com imposto zerado.

Pelo projeto do Ministério da Fazenda, as proteínas animais foram enquadradas na alíquota reduzida, com desconto de 60% do IVA. Já os itens considerados de luxo, como salmão, ovas e foie gras, pagarão a alíquota cheia, que a Fazenda projeta em 26,5%.

A Associação Brasileira dos Supermercados (Abas) vinha trabalhando pela inclusão das carnes na cesta

básica isenta.

Ontem, a entidade emitiu uma nota informando estar "otimista com a possibilidade de alteração do relatório até a próxima semana, quando deve ser votado pelos deputados".

"O acesso a carnes pela população mais pobre foi objeto de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que manifestou ontem (quarta) seu desejo de inclusão das proteínas na cesta básica.

Parlamentares do grupo de trabalho também já declararam seu apoio à proposta", diz a nota.

Na quarta-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que isentar as carnes pode deixar o "preço pesado", em referência ao aumento da alíquota-padrão do IVA. Lira defendeu que aumentar o "cashback" (mecanismo para devolução de parte dos **tributos**) para pessoas de baixa renda seria mais efetivo do que isentar as proteínas animais.

MEDICAMENTOS. O relatório também trouxe mudanças na alíquota de **impostos** para medicamentos, na lista de isentos e na periodicidade de revisões.

Entre as mudanças, está o aumento da alíquota de medicamentos com o princípio ativo do citrato de sildenafil (caso do Viagra), usado no tratamento da disfunção erétil e da hipertensão pulmonar, de zero para a alíquota reduzida, com desconto de 60%.

"Zeramos a alíquota para dignidade menstrual e aumentamos a do Viagra", disse o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), se referindo à inclusão dos absorventes menstruais na lista de itens isentos do IVA.

Pressão Lula defendeu a isenção de imposto para carnes consumidas "pelos mais pobres"

Nova fase !

As definições do grupo de trabalho

I Cesta básica O texto do grupo de trabalho não incluiu carnes na cesta básica que será isenta de **impostos**, apesar da pressão do agronegócio e de Lula

I "Imposto do pecado" O grupo incluiu na lista de itens que serão tributados pelo Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado", veículos elétricos e jogos de azar (físicos e digitais). Já estavam previstos: veículos a combustão e híbridos, aeronaves e embarcações, cigarro, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, bens minerais (como petróleo e minério de ferro).

Armas ficaram fora

I Fundos de investimento Os deputados resolveram deixar como opcional a contribuição de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagros). Havia um temor de que esses fundos fossem obrigatoriamente taxados

I Split payment Os deputados também fizeram alterações no chamado "split payment", sistema de pagamento que busca reduzir a sonegação de **impostos** no País. Isso se dará por meio do pagamento imediato ou quase imediato dos **tributos** no momento da compra.

O parecer cria três tipos de split payments e deixa claro que a divisão será de atribuição do Fisco - e não caberá aos meios de pagamento

I Devolução de crédito O texto reduziu de 60 para 30 dias o prazo para o ressarcimento de créditos a empresas que não conseguirem abater todo o tributo acumulado ao longo da cadeia produtiva

I Construção civil Os deputados incluíram a construção civil no regime diferenciado do setor imobiliário e previram desconto de 40% em relação à alíquota padrão. Já as alíquotas relativas às operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis ficam reduzidas em 60%

I Absorventes e Viagra O grupo zerou a alíquota sobre produtos relacionados a cuidados com a saúde menstrual, como absorventes. Já medicamentos com o princípio ativo do citrato de sildenafila (caso do Viagra) terão redução de 60% na alíquota, e não mais isenção

I "Nanoempreendedor" O relatório abre espaço para criar a figura do "nanoempreendedor", que terá tratamento diferenciado na comparação ao Microempreendedor Individual (MEI). O texto estabelece que o nanoempreendedor é aquele com receita inferior a R\$ 40,5 mil anuais.

Quem cumprir o critério não será obrigado a recolher IBS e CBS e não haverá contribuição previdenciária

I Bares e restaurantes Outra mudança é a transferência de bares e restaurantes ao regime não cumulativo, ou seja, com a possibilidade de compensar créditos, e a exclusão do delivery da base de cálculo do pagamento de imposto desses estabelecimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Texto cria a figura do "nanoempreendedor"

Os deputados do grupo de trabalho para regulamentação da **reforma tributária** decidiram criar mais um limite de isenção tributária, desta vez voltada aos "nanoempreendedores" - aqueles que faturam até R\$ 40,5 mil de receita bruta por ano.

"Criamos novas possibilidades.

O nanoempreendedor é uma inovação. Hoje, o MEI é isento até R\$ 81 mil.

O nanoempreendedor ficará isento até R\$ 40,5 mil", disse o deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE).

"Muitas pessoas defenderam que os nanoempreendedores, aqueles que vendem de porta em porta, não fossem tributados pelo IVA (Imposto sobre Valor Agregado, que unificará cinco **tributos**).

Aqueles que vendem produtos da Avon e da Natura, por exemplo.

Isso foi atendido", disse Hildo Rocha (MDB-MA).

SEGURANÇA. O principal objetivo da mudança, de acordo com técnicos da consultoria da Câmara, foi dar maior segurança às pessoas físicas que atuam como revendedoras.

Isso porque o Fisco, ao verificar a contabilidade da empresa, poderia chegar ao empreendedor e isso poderia gerar uma autuação.

Com a nova isenção do IVA, eles alegam que não haverá esse risco.

Segundo o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), outro integrante do grupo de trabalho, após a entrega desse texto inicial começará o diálogo dentro das bancadas partidárias para a alteração do parecer.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Plano era de estabilidade da moeda; faltou sequência"

MATHEUS PIOVESANA

ENTREVISTA: Roberto Setubal, Roberto Setubal presidiu o Itaú até 2017; hoje, comanda o conselho ao lado de Pedro Moreira Salles, vindo do Unibanco

O Plano Real, que completou 30 anos no dia 1.º, fez os bancos reorientarem seu modelo de negócios para a concessão de crédito, ou seja, para atuarem como bancos de verdade. O copresidente do conselho de administração do Itaú Unibanco, Roberto Setubal, afirma que levou alguns anos para que essa mudança se firmasse, mas que ela ajudou a desenvolver um sistema financeiro mais robusto.

"Fomos readaptando o modelo de negócios para um cenário mais estável", diz. Setubal havia assumido a presidência do Itaú cerca de quatro meses antes da implementação do plano, e esteve à frente do conglomerado durante um ciclo de consolidação que levou os bancos que sobreviveram ao fim da **inflação** - o Itaú entre eles - a conquistar uma escala maior. Para ele, "o plano era de estabilidade da moeda e teve sucesso, faltou a sequência".

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista: Quando ficou claro que o Plano Real havia dado certo no objetivo de conter a **inflação**?

Em seis meses, estava bem claro que daria certo. O plano tinha endereçado pontos que os anteriores não tinham. Uma foi a questão dos bancos estaduais, e outra foi a questão fiscal, com uma política que buscava o superávit primário. As lições dos planos anteriores foram muito bem aproveitadas para fazer um plano que funcionasse.

Quais foram as principais lições dos planos anteriores?

Não congelar preços, por exemplo?

Os planos anteriores, basicamente, eram congelar preços, não havia medidas fiscais ou monetárias. A consolidação definitiva do real foi a adoção do câmbio flutuante, em 1999, uma mudança gigantesca nos mercados. Havia muito pouca experiência, como no crédito, com o câmbio flutuante. O Brasil estava sempre próximo de uma crise externa, e o câmbio flutuante resolveu definitivamente essa questão.

Também foi um passo fantástico, que consolidou os ganhos do Plano Real.

O Plano Real veio acompanhado de uma série de reformas, mas 30 anos depois ainda falamos na necessidade de reformar a economia.

O que faltou executar?

O plano era de estabilidade da moeda e, nesse sentido, teve sucesso absoluto. Dito isso, faltou dar sequência a ele. Em certos momentos, as coisas funcionaram bem: chegamos a ter, se não me engano, 3% de superávit primário, e a situação fiscal ficou bastante boa por alguns anos. Depois, perdeu-se. Estamos ciclóticos com a questão fiscal, não é uma questão resolvida. Com ela, vêm as questões previdenciárias, que são uma fonte grande de pressão no Orçamento.

Algumas reformas deram resultados bons, como a trabalhista, embora eu ache que ainda tenha de haver um segundo capítulo, porque o País tem uma quantidade de ações trabalhistas e de problemas nessa área muito grande. O Brasil ainda é uma economia relativamente fechada, e isso tira muita competitividade da nossa indústria.

Há coisas muito relevantes para endereçarmos. A **reforma tributária**, que está sendo feita agora, é um passo bastante relevante.

O Plano Real e seu sucesso ajudaram a ampliar a consciência de que é preciso fazer reformas?

Nos períodos de alta **inflação**, ninguém tinha muita noção dos problemas que vinham junto, porque a **inflação** era um problema tão grande que o resto ficava muito menor. Lembro de programas de televisão entrevistando pessoas na rua para demonstrar como era a situação, e as pessoas não tinham noção dos preços. A estabilização baixou a água, e aí começamos a perceber os problemas.

Os primeiros foram a questão fiscal e o das contas externas. O processo precisa continuar. Em qualquer ranking de produtividade, competitividade ou atração de investimentos, o Brasil hoje está muito abaixo. Nossa economia não é dinâmica, moderna, com forte crescimento, infelizmente.

Essas reformas são importantes para chegarmos lá.

O que mostrou que essa estabilização havia acontecido no caso dos bancos? Foi a queda da inadimplência?

Nesse período de transição difícil, alguns bancos ficaram pelo caminho. Bancos grandes, como o Nacional, que teve aquele rombo. Depois, houve o Econômico e o Bamerindus.

Os bancos mais fortes e capitalizados, como o próprio Itaú, o Bradesco, o Unibanco e o Real, passaram com suas dificuldades, mas com saúde. O problema da inadimplência também veio pelo despreparo dos bancos para fazer empréstimos.

As áreas de crédito não tinham capacidade de fazer os volumes de empréstimo que estavam fazendo. Óbvio que isso se desenvolveu muito melhor ao longo dos anos. Tivemos o fim das crises internacionais na segunda metade dos anos 1990, e uma estabilização na inadimplência. Fomos readaptando o modelo de negócios para um cenário mais estável.

Como foi esse processo de remodelagem dos bancos?

Foi tentativa e erro, ou o sistema buscou exemplos no exterior?

Sem dúvida, olhamos bastante lá para fora. Lembro que fizemos visitas no exterior para ver como os bancos estavam organizados na área de crédito, que tipo de política e de modelagem para os pontos críticos observavam.

- "O Brasil estava sempre próximo de uma crise externa, e o câmbio flutuante resolveu definitivamente essa questão. Também foi um passo fantástico, que consolidou os ganhos do Plano Real"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alíquotas para construção civil são reduzidas

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília

O regime específico para o setor imobiliário na **reforma tributária** passou a incluir a construção civil e prever alíquotas mais vantajosas. O desconto passou de 20% para 40% na compra e venda, administração e intermediação. Já operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis terão a redução de 60%.

As mudanças constam no parecer apresentado pelo grupo de trabalho da **reforma tributária** da Câmara dos Deputados.

Hoje o setor imobiliário tem regimes de tributação especiais com alíquotas mais baixas, por isso pleiteava ampliar o redutor. Muitas empresas estão sujeitas ao Regime Específico de Tributação (RET) da atividade imobiliária, em que pagam no máximo 4%-reunindo PIS, Cofins, IR e CSLL, sem incidir ICMS e ISS. O regime será mantido pelo governo, reduzido a 1,9% e contemplando apenas IRe CSLL. Ainda haverá a incidência de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) na alíquota reduzida.

Empresas que não estão no RET pagam hoje 3,65% ou 9,25% de PIS e Cofins, a depender se estão no regime cumulativo ou não, mais 25% de IR e 9% de CSLL. Empresas imobiliárias, com exceção de atividade de administração de bens imóveis, em geral não pagam ICMS e ISS.

Por isso, a partir da apresentação do projeto pela Secretaria Especial de **Reforma Tributária**, o setor vinha pedindo adequações. Agora, conseguiram reduzir em 40% e 60% a alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que é estimada em 26,5%, sendo 17,7% de IBS e 8,8% de CBS. Augusto Coutinho (Republicanos-PE) explicou que a construção civil é um setor relevante e que gera muitos empregos.

Segundo o tributarista Marcei Alcades, sócio do escritório Mattos Filho, mesmo a redução em 40% ainda gera aumento de carga para o setor, principalmente para incorporação e locação fora de programas para baixa renda como Minha Casa Minha Vida.

"Ficou melhor. Ainda é mais oneroso do que o que temos hoje, com exceção do Minha Casa Minha Vida,

mas ficou melhor do que era, especialmente pela redução de alíquota", afirma Alvades.

Também foi atendido pleito sobre o redutor de ajuste, que é um ajuste da base de cálculo em decorrência de nunca ter havido incidência do IVA. Ele será corrigido pelo IPCA (ou por outro índice que vier a substituí-lo) até a data de alienação do bem imóvel. O redutor consiste em retirar do valor de venda de um imóvel o de aquisição, agora atualizado.

O parecer altera ainda a base de cálculo, que passou a ser o valor da operação de alienação de bem imóvel enquanto antes poderia ser valor de referência (cujo método de cálculo o regulamento iria estabelecer) ou o valor de alienação do bem imóvel, o que fosse maior.

Segundo o tributarista Renato Stanley, sócio do Stocche Forbes Advogados, a mudança na base de cálculo atende a uma crítica sobre o valor de referência, que era uma "importação" do que ocorre hoje com o ITBI e em desfavor do contribuinte. Além disso, destacou, a correção do valor de redução da base de cálculo para o custo de aquisição.

O texto mantém o redutor social, um "desconto" na base de cálculo do imóvel residencial novo de R\$ 100 mil. E adiciona previsões de redução de R\$ 30 mil no lote residencial e de R\$ 400 nos aluguéis.

Em tese todas as operações de imóveis realizadas por pessoa física não têm incidência de IBS e CBS. Mas o parecer manteve a ressalva de não incidência desde que o imóvel "não seja utilizado de forma preponderante" nas atividades econômicas da pessoa física. Isso, segundo Alcades, indica que, se essa for a principal atividade da pessoa física, ela será tributada. Hoje, essas operações pagam apenas imposto de renda sobre aluguel ou venda, e não recolhem ICMS, ISS, PIS e Cofins.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1>

Pontos mais polêmicos da reforma tributária ficam de fora do parecer

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília

Apresentado após 40 dias de discussão, o parecer do projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** trouxe dezenas de mudanças que foram consenso entre os integrantes do grupo de trabalho da Câmara - e, portanto, consenso também com o governo, representado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Mas os pontos mais polêmicos ainda serão decididos em negociações nos próximos dias.

O GT entregou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), uma lista de pontos em que não havia consenso e que devem ser decididos "no voto": a inclusão de carnes e sal na cesta básica (com alíquota zero do novo IVA); a regra de transição para as locadoras de veículos; as listas de medicamentos com alíquota 0%, 10,6% e cheia (26,5%); se os planos de saúde contratados pelas empresas darão direito a créditos para elas; a taxa de armas de fogo com o Imposto Seletivo; e o percentual de devolução de **impostos** para a população de baixa renda (o "cashback") nas contas de água, luz e esgoto.

Lira, e os próprios integrantes do GT, vão continuar as negociações agora. Uma reunião do grupo já está marcada para segunda-feira, às 18h, com a bancada de deputados da região Norte para falar sobre a Zona Franca de Manaus e a aviação regional. No caso da zona franca, a disposição do grupo é não alterar em nada o projeto enviado pelo governo. Na aviação regional, o GT definiu que apenas voos em rotas com menos de 600 passageiros/dia terão redução na alíquota do IVA e pagarão 15,6%. A mudança, afirmou um deles ao Valor, ocorreu a pedido das próprias aéreas.

Ontem à noite, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu regime de urgência constitucional para o projeto, num ato publicado em edição extra do "Diário Oficial da União". Isso pode acelerar o prazo de apresentação de emendas pelos partidos e faz com que a proposta entre diretamente no plenário após 45 dias, mas a Câmara pretende votá-la antes. Na opinião de técnicos, o requerimento serve mais para demonstrar apoio ao avanço da reforma e pressão para que o Senado imponha um ritmo mais célere à proposta.

A questão mais polêmica, desde o envio do projeto pelo governo, são os itens da cesta básica, que não pagarão nada do IVA.

Produtos como arroz, feijão e leite estão nesse rol de 18 produtos, mas a bancada ruralista, os supermercados e o presidente Lula defendem a inclusão de carnes - que estão na lista que pagará 10,6% do imposto ou, no caso de cortes mais nobres, como salmão, na alíquota cheia, de 26,5%.

Há também demandas para os queijos mais populares e sal, mas os deputados do GT e Lira decidiram compartilhar essa decisão com o plenário porque, caso aceitem, haverá aumento da alíquota-padrão para 27,1%. Um único produto foi aceito na cesta básica no parecer: o óleo de babuçu, hidratante feito da planta de mesmo nome que, na medicina popular, efeitos anti-inflamatórios e cicatrizantes.

Segundo apurou o Valor, a razão para esta escolha foi um acordo político entre os deputados para inserir os óleos feitos de plantas regionais na cesta básica zerada. Com o recuo na inclusão das carnes, o GT preferiu deixar também os óleos de fora, mas o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) bateu o pé e o produto, muito popular no Maranhão e Piauí, foi o único mantido.

Outro assunto polêmico é a taxa de medicamentos. Há três listas: desonerada, principalmente para remédios contra o câncer; com tributação favorecida, que pagarão 10,6%; e outra com alíquota cheia, em que estão dipirona, paracetamol e outros anti-inflamatórios. O setor pressionava por redução no preço, mas os deputados preferiram manter a tabela como está, para não afetar a alíquota geral.

Mas fizeram uma alteração: o viagra (sildenafil), usado para disfunção erétil e hipertensão pulmonar, não pagaria o IVA na versão do governo. Os deputados resolveram taxá-lo em 10,6%. Isso foi um movimento casado, após protestos de movimentos feministas nas audiências públicas. No lugar, reduziram a zero a taxa de itens de saúde menstruai, como absorventes.

O polêmico Imposto Seletivo, criado pela reforma para desestimular o consumo de bens e serviços que fazem

mal à saúde e ao ambiente, passará a incluir carros elétricos, concursos de prognósticos (loterias, apostas e sorteios) e "fantasy games" (em que o jogador simula uma equipe esportiva e ganha ou perde em cima dos resultados no mundo real). Armas de fogo, contudo, ficaram de fora, e terão a mesma tributação de uma geladeira ou fralda, mas isso ainda pode mudar por emenda no plenário. "É muito melhor desonerar [na **reforma tributária**] alimentos do que armas", disse na quinta-feira o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB).

O GT decidiu manter a incidência do Imposto Seletivo sobre embarcações e aeronaves, cigarros e produtos com tabaco, bebidas alcoólicas e açucaradas e bens minerais extraídos (minério de ferro e petróleo), além de automóveis, mas excluiu os caminhões, independentemente do combustível utilizado. "O Brasil é um país de modal rodoviário. Isso iria para o frete. Não adianta dar com uma mão e tirar com a outra", afirmou o deputado Cláudio Cajado (PP-BA).

O parecer ainda fez mudanças para contemplar setores com muitos votos e facilitar a aprovação. Os bares e restaurantes passarão a ter direito ao regime de créditos e poderão excluir os gastos com entregas ("delivery") da base de cálculo do imposto. Houve também redução na carga tributária para a construção civil, determinação de que os fornecedores da administração pública só quitarão os **impostos** após receberem o pagamento, aprimoramento no sistema de créditos e no "split payment" (que fará a distribuição automática dos **tributos** com os Estados e municípios e agilizará o **creditamento** dos **tributos** para as empresas).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1>

Para especialistas, pendências não foram resolvidas

Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata e Marta Watanabe
De São Paulo

O parecer do grupo de trabalho (GT) da Câmara sobre a regulamentação da **reforma tributária** esclarece algumas dúvidas, mas não resolve todas as pendências, dizem especialistas. Na avaliação deles, deputados acertaram ao não incluir a carne na cesta básica, que tem tributação zerada e foi um pleito do presidente Lula, mas erraram ao deixarem armas de fora do Imposto Seletivo (IS).

Um ponto positivo é que o número de exceções não aumentou muito, diz Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. Isso, pondera, ainda pode acontecer durante a votação em Plenário. "O governo conseguiu segurar, mas continuo bastante cético em relação à reforma."

Thais Shingai, sócia da Mannrich e Vasconcelos Advogados, diz que incluir a carne na cesta básica "não é a melhor forma de fazer distribuição de renda". "É melhor focar o "cashback" do que elevar ainda mais a alíquota de referência", afirma, citando o sistema que prevê devolução, às famílias pobres, de parte do imposto pago.

Segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, colocar a carne na cesta poderia elevar em cerca de 0,5 ponto percentual a alíquota de referência do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), calculada pelo governo em 26,5%, em média.

Uma alíquota em 27% seria igual à da Hungria, país que tem o IVA mais alto do mundo, nota Leal.

Shingai critica, porém, a decisão de deixar as armas de fora do IS. "São bens que claramente geram prejuízos à saúde", afirma.

Caso essa posição prevaleça, a indústria de armas será beneficiada por uma enorme queda de tributação, de 89,25% para 26,5%, alertam entidades da sociedade civil em carta aos deputados. "Ou seja, armas de fogo passarão a sofrer a mesma tributação de flores, fraldas, brinquedos e perfumes", diz a carta, que começou por iniciativa do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da FGV Direito São Paulo e reunião, até ontem, 66 entidades.

Por outro lado, Bianca Xavier, professora da FGV Direito Rio, se diz especialmente surpreendida com a tributação dos carros elétricos no âmbito do IS. "Não desconhecemos os estudos sobre aspectos poluentes do carro elétrico, mas temos de entender qual comportamento o legislador quer do cidadão. Em vez de tributar o carro e o petróleo, deveriam ser tributados a gasolina, o óleo diesel e demais combustíveis, que são os elementos poluentes na equação", afirma. Para Xavier, o Congresso não vem debatendo da maneira adequada os impactos da reforma e atropela as discussões.

Na avaliação Leal, a estratégia parece ter sido colocar o IS para fechar a conta da alíquota de referência do IVA, considerando a neutralidade tributária. Leal considera positiva a ampliação do IS para, por exemplo, jogos de azar.

Entre os receios do empresariado que foram endereçados pelo GT, Shingai destaca o esclarecimento sobre a incidência do IBS/CBS sobre doações onerosas. Segundo ela, o texto original gerava apreensão de tributação sobre ampla gama de transações dentro de empresas do mesmo grupo. A nova redação, diz, deixou claro que ela só vai ocorrer se houver contrapartida por serviço ou operação realizada pela doação feita.

"Também foi previsto, de maneira expressa, que os novos **tributos** não deverão incidir em juros sobre o capital próprio; fundos de investimento não são contribuintes de IBS/CBS; diversos serviços essenciais serão tributados só no momento do pagamento e que a aplicação das alíquotas reduzidas não implicará estorno de créditos", diz Renato Caumo, sócio de Pinheiro Neto Advogados.

Outro ponto destacado é a criação do "nanoempreendedor", aquele que realiza transações, mas não precisa se inscrever como contribuinte do IBS/CBS. Shingai diz que o mecanismo está em linha com a experiência internacional, mas critica o limiar para se enquadrar na categoria, de R\$ 40 mil. Na Europa, a média de faturamento é de 40 mil euros, exemplifica.

Leal tem opinião diferente. Para ele, há risco de o tratamento se tornar, para o IVA, o que o Simples

Nacional é para os **tributos** federais. Regime especial direcionado a pequenas empresas, o Simples é apontado como uma das maiores renúncias tributárias do governo.

Em relação ao split payment, os deputados também atenderam, segundo Shingai, uma preocupação de empresas e bancos no sentido de garantir que eles não sejam responsabilizados por fiscalizar a aderência das informações prestadas à realidade ou o recolhimento correto por parte de fornecedores ou clientes. O split payment é um mecanismo em que se vincula a nota fiscal à transação de pagamento, sendo possível separar do valor os IBS/CBS devidos. Plataformas digitais, por outro lado, ainda podem ser responsabilizadas por fiscalizar o recolhimento e emissão de nota fiscal por parte dos vendedores que usam a plataforma, um ponto que precisa ser melhorado, na avaliação de Shingai.

"É melhor focar o "cashback" do que elevar mais a alíquota de referência" Thais Shingai

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1)**

Relatório mantém FIIs "de papel" e Fiagros como não contribuintes

Fernanda Guimarães De São Paulo

Depois de muita negociação ao longo da semana, o Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** decidiu manter os fundos imobiliários (FIIs) de "papel", que são aqueles que investem em ativos como Certificados de Crédito Imobiliário (CRIs), e os Fundos de Investimento da Cadeias do Agronegócio (Fiagros) como não contribuintes - ou seja, não serão tributados com a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) na renda.

Já os fundos imobiliários de "tijolo", que são aqueles que investem nos próprios empreendimentos, terão a opção de se tornarem contribuintes e terem, com isso, o crédito para abater **impostos**. Isso, segundo uma fonte, está "sujeito a alinhamento com o setor sobre as condições para deixar claro o que são fundos de mercado".

O texto da reforma alterado foi considerado uma vitória da Faria Lima. O Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** teria se mobilizado com as demandas do setor produtivo e imobiliário. O GT é formado pelos deputados Cláudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-MA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE). Segundo uma fonte, o GT "foi protagonista" nessa alteração.

Tanto para os fundos imobiliários quanto para os Fiagros, a isenção do Imposto de Renda (IR) à Pessoa Física está mantida. O benefício tem atraído ao longo dos anos milhares de investidores para esta classe de ativos.

O deputado Luiz Gastão afirmou em entrevista a jornalistas que a taxação de HI e Fiagros poderia levar à retirada de investimentos do país. Por isso, a opção do GT foi deixar essa tributação à escolha do contribuinte. "É uma capacidade grande de recursos. Esses fundos são constituídos por pequenos e médios investidores, e injetam um volume grande na economia."

Nos últimos dias, diversos representantes de gestoras foram até Brasília para conversar com os deputados sobre o tema. No início da semana, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) disse ao Valor que a

Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPA) tinha saído em defesa da manutenção desses fundos como não contribuintes, ou seja, como entes sem personalidade jurídica.

A decisão de deixar a opcionalidade para os fundos de "tijolo" ocorreu diante do entendimento de que, para os fundos que trabalham com o desenvolvimento imobiliário - aqueles que executam os projetos do zero - poderia fazer sentido econômico ser contribuinte para ter acesso ao crédito tributário.

Segundo fontes do Ministério da Fazenda que trabalharam na elaboração na regulamentação da **reforma tributária**, o objetivo de colocar esses fundos como contribuintes era exatamente permitir o uso desses créditos para o abatimento de **impostos**.

Para as gestoras que foram consultadas pelo Valor ao longo da semana, a tributação, além de afetar a rentabilidade, demandaria um nível de complexidade muito grande para os fundos, que precisariam ter, além da gestão, uma área tributária.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1>

Empresa deve ter 3 modelos para pagar imposto: entenda o que propõe regulamentação da reforma

O relatório do projeto que regulamenta a **Reforma Tributária**, apresentado ontem pelos deputados, prevê três formatos diferentes para o novo sistema de pagamento automático de **impostos** à União, estados e municípios.

Batizado de split payment, o recolhimento dos **tributos** poderá ser feito de acordo com um dos três modelos: inteligente, simplificado e manual.

A operação será feita por meios de pagamentos, como bancos ou instituições financeiras, que serão obrigados a aderir aos formatos.

Os modelos deverão ser adotados a partir da virada para o novo sistema de **impostos**, em 2027, quando as empresas passarão a pagar o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Split payment, em inglês, significa pagamento dividido, uma referência a uma divisão automática de **impostos** no momento de compra e venda.

Na prática, ele vincula a nota fiscal à transação de pagamento, dessa forma é possível separar na largada o valor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, que unifica ICMS e ISS) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, que substitui PIS/Cofins) devidos.

No primeiro formato, o split payment inteligente, o pagamento do imposto por uma empresa ocorre no ato da venda do produto, subindo para uma "nuvem" de meios de pagamento, como se fosse uma conta virtual. Nessa mesma "nuvem", estará o histórico de compras da empresa, pelos quais ela também pagou outros **tributos**, e gerou crédito.

Pelo mecanismo, o valor do imposto será separado na hora do pagamento da compra, assim como o valor destinado a quem forneceu o bem ou serviço.

Nesse modelo, o sistema, de forma automática, vai verificar se a empresa tem créditos guardados. Se for o caso, já descontará os débitos de **impostos** devidos desse valor. O saldo entre débitos e créditos será repassado à União por meio da **Receita Federal**. O repasse para estados e municípios será feito por meio

de um comitê gestor criado para administrar o novo sistema de **impostos**.

O texto de regulamentação da **Reforma Tributária** determina que os meios de pagamentos devem desenvolver esse sistema junto ao Comitê Gestor e à **Receita Federal**.

O segundo formato, chamado de simplificado, foi elaborado para empresas que vendem produtos de diferentes alíquotas: cheia, reduzida ou zero. Por exemplo, um supermercado, que tem uma variedade de itens, poderá optar por esse sistema. Ele terá um percentual pré-estabelecido pelo Comitê Gestor, para o IBS, e pela **Receita Federal**, para a CBS.

Em vez de o pagamento do imposto entrar automaticamente de acordo com as transações, a empresa pagará essa taxa fixa ao mês.

- O simplificado é mais voltado para o varejo. Um supermercado vende 50 mil itens e cada item tem uma alíquota reduzida ou alíquota de referência de 26,5%. Dentro desses 26,5% que seriam pagos, tem produtos que estão com 60% de redução, outros com alíquota cheia. São produtos variados. Então, vai se estimar a média da venda dos produtos que o supermercado vende, vamos dizer que seja algo em torno de 6%. Vai se estabelecer ao supermercado 6% de alíquota. No final do mês, quando for se fazer o acerto de contas da declaração, a diferença ele paga para a Receita ou o Comitê. Se tiver pago a mais, ele recebe a devolução - explicou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

O Comitê e a Receita terão que apurar se o valor pago pela empresa é correspondente com as transações efetuadas dentro de um mês. Caso o governo tenha que devolver o valor pago a mais pela empresa, isso deverá ser feito em até três dias. Mas se a empresa pagar a menos e precisar completar o pagamento de imposto, isso poderá ser feito em até um mês.

A previsão é que as devoluções ou pagamentos extras ocorram pelo mesmo sistema on-line, que será criado.

Na avaliação dos parlamentares, o formato simplificado tende a ser mais simples do ponto de vista

de sistemas de tecnologia da informação, mais barato para as empresas menores, por isso será uma boa opção.

O terceiro formato de contribuição será o manual, com a declaração de vendas por notas fiscais preenchidas pelo fornecedor e comprador, no sistema eletrônico da Receita ou Comitê Gestor, em até um mês. O modelo servirá para pagamentos feitos em dinheiro ou em cheque.

De acordo com a Fazenda, no formato manual, o fornecedor emite a nota com uma informação que vincula o débito do tributo àquela nota, como uma chave alfanumérica, por exemplo. O comprador entra no site do governo, coloca o número da chave e paga.

Nos três casos, os meios de pagamento serão responsáveis apenas por operar o recolhimento, não sendo responsável pela divisão ou eventuais erros nas informações prestadas. Essa era uma das preocupações do setor financeiro a respeito do novo modelo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/05/empresa-deve-ter-3-modelos-para-pagar-imposto-entenda-o-que-propoe-regulamentacao-da-reforma.ghtml>

Plano Safra é relevante para combater inflação

É de pobreza franciscana o debate macroeconômico brasileiro, restrito, quase sempre, às estimativas e análises de operadores do mercado financeiro. Nada contra bancos, corretoras, consultorias nem seus modelos econométricos e dedos nervosos. São agentes econômicos relevantes. Só não são os únicos. Desde a reunião de maio do Comitê de Política Monetária (Copom), quando a taxa básica de juros foi reduzida em 0,25 ponto percentual pelo placar apertado de 5 a 4, inaugurou-se um rali tão indesejado quanto perigoso para a vida real dos brasileiros.

Foi tomada como política a divergência - anotada tecnicamente em ata - entre os membros indicados por Jair Bolsonaro, à frente Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central (BC); e por Lula, a começar por Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária e favorito a suceder a Campos Neto. O quarteto que defendia corte de meio ponto percentual na Selic, então em 10,75% ao ano, foi derrotado e a taxa passou a 10,5%. A pressão por decisão contracionista e unânime na reunião seguinte, em junho, materializou-se em declarações, relatórios e estimativas do Boletim Focus, publicação semanal do BC com projeções predominantemente do... mercado. Se é indesejável um colegiado de nove pessoas expressar posições diferentes, melhor fazer do Copom uma autocracia.

Por desconfiança (permanente) no compromisso fiscal do governo Lula, impactos na **inflação** da tragédia socioclimática do Rio Grande do Sul e da seca severa no Centro-Oeste, incertezas na economia global, as previsões para o IPCA embicaram para o alto. O número um do BC emburacou em rolês e discursos políticos; e o presidente da República, em críticas diárias a Campos Neto e à política de juro real acima de 6% ao ano. O tempo fechou no câmbio e, sem intervenção do BC, o dólar escalou, num par de semanas, para R\$ 5,70, maior patamar em dois anos e meio.

Fernando Haddad conseguiu pacificar o ambiente, de um lado, arrancando de Lula compromisso com a meta fiscal; de outro, prometendo bloqueio de gastos e enxugamento de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias. Num arremedo do mitológico "trabalho de Sísifo", o ministro da Fazenda é sempre levado a reconstruir, tijolo por tijolo, o muro de credibilidade que não para em pé, ainda que tenha, em ano e meio,

entregado PEC da Transição, arcabouço fiscal, **reforma tributária**, meta de déficit zero, crescimento do **PIB** acima do previsto, desemprego no menor patamar (7,1%) em uma década, massa de rendimentos em nível recorde, meta contínua de **inflação** em 3%.

Enquanto o debate econômico mirou no duelo entre Lula e Campos Neto, em bem-vindas férias, e no vaivém do dólar, o país deixou passar quase despercebido um anúncio de imensa relevância para política monetária e balanço de pagamentos, **inflação** e mudança climática, segurança alimentar e soberania, trabalho e investimento. Anteontem, o Planalto tornou público o Plano Safra 2024/25, o maior da História em linhas de crédito, incentivos e políticas. O caminhão de dinheiro chega a R\$ 400,5 bilhões para médios e grandes produtores e a R\$ 76 milhões para a agricultura familiar.

É verdade que nem tudo é maravilha no programa. A soja, carro-chefe das exportações brasileiras no agro, sorve a maior parte dos recursos. No grupo das pequenas propriedades, há concentração de desembolsos na Região Sul, em detrimento de outras áreas; falta ênfase em assistência técnica; o acesso é limitado por falta de informação, como destaca o economista Arnoldo Campos, ex-secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Há que democratizar, #ficaadica.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, reportou abertura de 152 novos mercados para os produtos brasileiros desde 2023. Haddad destacou que o Plano Safra se alinha ao Plano de Transformação Ecológica do Brasil. A recuperação de terra degradada será financiada a juros baixos. Incentivo à produção alinhado ao combate ao desmatamento. Práticas sustentáveis podem render 1 ponto percentual a menos na taxa de custeio. Haverá juro subsidiado também na agricultura familiar, especialmente na produção de orgânicos. A safra de arroz pode ser elevada em 1 milhão de toneladas com a diversificação das áreas de cultivo e os contratos de opção de venda ao governo.

Aumento da safra, nas médias e grandes propriedades, ajuda o balanço de pagamentos e o combate à **inflação**, porque exportações trazem dólares; ativa o **PIB** agropecuário e a cadeia produtiva

que o cerca. O impulso à agricultura familiar - responsável pelos alimentos que os brasileiros comemos, de arroz e feijão a mandioca, frutas e hortaliças - é sinônimo de direito à alimentação e à saúde, segurança alimentar, dignidade humana. E soberania. Durante a pandemia, China e Índia suspenderam ou sobretaxaram as exportações de arroz, em benefício dos mercados locais. Por último, mas não menos importante, oferta de alimentos ajuda na estabilidade, porque escassez é siamesa da **inflação**. Se os preços não sobem, os juros podem cair, e a popularidade do presidente aumentar.

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/flavia-oliveira/coluna/2024/07/plano-safra-e-relevante-para-combater-inflacao.ghtml>

'Cashback' pode reduzir desigualdades na Reforma Tributária, mas aplicação gera dúvidas

A manutenção dos **impostos** sobre as carnes com a adoção de cashback - devolução de parte do dinheiro empenhado em **tributos** desses itens - exclusivamente para famílias mais pobres é vista por especialistas como uma solução de justiça social, mas há desafios.

Na atual proposta, a carne vai pagar 40% da alíquota de referência, o que significa 10,6% de imposto, com base nas estimativas do governo. Parte disso pode ser devolvida aos mais vulneráveis para gastos com gás, luz ou compras de mercado.

Marcos Matsunaga, sócio do Ferraz de Camargo e Matsunaga Advogados, diz que a isenção completa das proteínas animais, como foi sugerido, acabaria beneficiando também os ricos e reduziria a arrecadação geral.

João Henrique Ballstaedt Gasparino, diretor executivo do Grupo Nimbus, concorda:

- A isenção total poderia causar distorções. O imposto sobre o consumo não pode ser regressivo.

A devolução de **impostos** aos mais carentes pode ser um "excelente mecanismo para reduzir a desigualdade", diz Eduardo Salusse, pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), alcançando cerca de 73 milhões de pessoas.

Mas o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, questiona a efetividade do cashback, pois a forma de implementação ainda não está clara. Teriam direito as pessoas inscritas o Cadastro Único (CadÚnico). No entanto, segundo Santin, pode haver falhas na seleção das compras:

- Nos lugares onde não há internet, a venda é feita na caderneta. Como dar cashback nessa compra? Não vai ter o efeito esperado.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) também defende a inclusão de carnes na cesta básica, com o argumento de que "a tributação que pode

promover justiça social deve ser sobre a renda e não sobre o consumo".

Bruna Felizardo, sócia especialista em **Tributos** Indiretos da EY, ressalta que dar essa isenção às carnes poderia deixar a alíquota geral do IVA acima dos 26,5% estimados pelo Ministério da Fazenda.

Ela aponta que outra regra, que prevê isenção a nanoempreendedores (aqueles com renda anual de até R\$ 40.500), poderia compensar a falta de cashback em pequenos negócios, já que os estabelecimentos que vendem "no caderninho", são, em geral, empresas familiares, que pagariam menos imposto. Para ela, o maior desafio será contemplar quem não está no CadÚnico.

Danielle Caldeirão, do Miguel Neto Advogados, diz que famílias com renda de até R\$ 3.500 mensais, das classes C e D, também deveriam ser beneficiadas com o cashback, pois a alimentação tem um peso muito grande para eles.

- A primeira faixa de renda acima seria prejudicada. Esse é um mecanismo que tem que ser equilibrado - afirma.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) se diz contrária à inclusão de automóveis e veículos comerciais na lista de cobrança do Imposto Seletivo, independentemente do tipo de propulsão.

Para a entidade, a cobrança "restringe acesso a automóveis novos, atrasando a renovação da frota brasileira, mantendo por mais tempo nas ruas os veículos antigos, mais poluentes e menos seguros".

Para Ricardo Bastos, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), a decisão compromete o futuro da produção nacional:

- Veículos, de uma forma geral, não deveriam fazer parte do imposto geral. Para nós é um equívoco. A carga tributária de veículos já é muito alta. Não vai permitir o Brasil crescer em termos de escala e a eletrificação não faz mal ao meio ambiente - afirmou

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/05/ca-shback-pode-reduzir-desigualdades-na-reforma-tributaria-mas-aplicacao-gera-duvidas.ghtml>

Reforma Tributária: por que carros elétricos podem ter de pagar mais imposto que caminhões a diesel?

O parecer com o primeiro texto da regulamentação da **Reforma Tributária** entregue ontem pelo grupo de trabalho formado na Câmara dos Deputados estabelece um imposto adicional para veículos elétricos, mas mantém a cobrança regular da alíquota-padrão dos dois futuros **impostos** sobre o consumo para carros e caminhões movidos a combustíveis fósseis.

Se a proposta for aprovada dessa forma no Congresso, os carros elétricos terão um imposto adicional aos futuros IBS e CBS. É o Imposto Seletivo, criado na **Reforma Tributária** para onerar produtos que tenham algum tipo de impacto negativo social, ambiental ou relativo à saúde.

Enquadrar o carro elétrico neste que vem sendo chamado de imposto do pecado e não um caminhão a diesel ou automóvel movido a gasolina parece uma contradição. Mas especialistas e executivos dos setores apontam os motivos.

Os veículos elétricos, ainda que não precisem do abastecimento de gasolina, são vistos como poluentes por causa de suas baterias, cujo descarte é um problema ambiental, observa João Henrique Ballstaedt Gasparino, diretor executivo do Grupo Nimbus:

- Os carros elétricos são poluentes desde a sua fabricação. Temos cemitérios de carros elétricos pelo mundo, já que o descarte dos materiais é complicado.

Para Ricardo Bastos, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), a decisão compromete o futuro da produção nacional de um produto decisivo na transição energética.

- Veículos, de uma forma geral, não deveriam fazer parte do "imposto do pecado". Para nós é um equívoco. A carga tributária de veículos já é muito alta. Não vai permitir ao Brasil crescer em termos de escala e a eletrificação não faz mal ao meio ambiente - afirma Bastos.

Se os combustíveis fósseis contribuem com o aquecimento global com a emissão de gases de efeito estufa, por qual motivo, então, os veículos movidos a

diesel ou gasolina não foram incluídos no Imposto Seletivo na proposta inicial de regulamentação do novo sistema de **impostos**?

Jeslei Rocha, gerente de **Tributos** Indiretos da EY, explica que o efeito final do Imposto Seletivo é uma inibição de consumo. E, apesar do impacto ambiental, e economia precisa de veículos, ela observa, citando a forte dependência do Brasil do transporte rodoviário..

- Faria sentido ter tributação em relação aos veículos automotores que usassem combustíveis prejudiciais ao meio ambiente, mas a gente tem de olhar a questão de desestímulo ao consumo. O governo não quer inibir a compra de carros e caminhões. A gente acaba fugindo um pouco da natureza da razão de ser do imposto.

Danielle Caldeirão, advogada especialista em direito tributário do Miguel Neto Advogados, avalia que, ainda que os caminhões movidos à diesel sejam poluentes, são veículos que movem a economia nacional, visto que a maioria das commodities é transportada dentro do país via rodovias. O aumento da alíquota poderia pesar no bolso dos consumidores, aumentando o custo de diversos produtos.

- A greve dos caminhoneiros impactou muito o país. Caminhões são indispensáveis para a nossa economia, visto que não temos malha ferroviária adequada - argumenta a advogada.

Pesquisador vê incoerência

Para Eduardo Salusse, pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a exclusão de caminhões do Imposto Seletivo por "participarem do processo produtivo" é incoerente, diante do fato de que embarcações e aeronaves terão de pagar mais **impostos**.

- Caminhões são todos a diesel, e querem tributar elétricos, na contramão do que acontece no resto do mundo. Excluir só ele porque "faz parte do processo produtivo" é uma incoerência. Embarcação e aeronave não fazem parte? Não existe transporte aquaviário? - diz ele, elencando que feirantes, pequenos produtores

e ribeirinhos não utilizam os veículos pesados e também fazem parte do processo produtivo.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) se diz contrária à inclusão de automóveis e veículos comerciais na lista de cobrança do Imposto Seletivo, independentemente do tipo de propulsão.

Para a entidade, a cobrança "restringe acesso a automóveis novos, atrasando a renovação da frota brasileira, mantendo por mais tempo nas ruas os veículos antigos, mais poluentes e menos seguros".

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/05/reforma-tributaria-por-que-carros-eletricos-podem-ter-de-pagar-mais-imposto-que-caminhoes-a-diesel.ghtml>

Moeda contribuiu para a redução da pobreza

» **RAPHAEL PATI**

Economistas são praticamente unânimes em afirmar que a **inflação** é o pior dos **impostos**. No caso dos mais pobres, o aumento escalonado dos preços é ainda mais perverso e catastrófico, como se evidenciou no Brasil durante os anos 1980 e início dos anos 1990, no período que ficou marcado pela "hiperinflação" no país.

Com a chegada do real, que começou a circular em todo o território nacional a partir de 1994, o poder de compra das classes de renda mais baixa cresceu, apesar de outros fatores agravarem a pobreza.

O sucesso do Plano Real no combate à pobreza extrema no país está nos números. No início da década de 1990, no lançamento do Plano Collor 1, a **inflação** brasileira acumulada nos 12 meses anteriores atingiu o pico: 6.390%. Na época do lançamento da moeda, que substituiu o Cruzeiro Real (CR\$), a **inflação** anual ainda era superior a 4.000%. Em janeiro de 1998, menos de 4 anos após a vigência do real, o Brasil atingiu uma **inflação** de 5% ao ano.

No ano em que foi implementada a nova moeda, a taxa de pobreza era superior a 30%.

Com apenas dois anos de vigência da nova moeda, este índice caiu para 28,3%, no ano de 1996.

Após quase 30 anos, a taxa atingiu o nível mais baixo de toda a série histórica, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ao recuar para 8,3% em 2023.

Em três décadas, o poder de compra dos mais pobres também avançou significativamente.

Enquanto em julho de 1994, a cesta básica custava praticamente um salário mínimo (R\$ 67,40, no valor da época), atualmente, o poder de compra dos que recebem o piso da remuneração nacional mais que dobrou, ao considerar que o preço médio da cesta no país é de cerca de R\$ 700. Com um salário mínimo de R\$ 1.412, é possível comprar mais de duas cestas.

No primeiro ano de implementação do plano, o Índice de Gini, que mede a desigualdade entre a população, era de 0,603 no Brasil. Mesmo com altos e baixos, o indicador calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), regrediu para 0,495 no quarto trimestre de 2023.

Mesmo com uma série de eventos que desestabilizaram a economia nacional durante os últimos 30 anos, como a crise financeira de 2008 ou a pandemia de covid-19, o país nunca mais conviveu com a hiperinflação, o que se reverteu em melhores condições de vida para os mais pobres.

Durante este período, a criação de empregos e políticas sociais, a adoção de políticas de incentivo à valorização do salário mínimo e a manutenção da estabilidade de preços contribuíram para o sucesso do real.

Com a nova moeda, a população mais pobre do país foi favorecida por melhores condições de consumo, e a venda de produtos antes considerados inacessíveis, como carros populares e telefones, se intensificou entre a classe média e baixa.

Antes do real, outros planos fracassaram na tentativa de acabar com a hiperinflação. A primeira tentativa de estabilização foi com o Plano Cruzado 1, em 1986, no governo de José Sarney. Na época, a **inflação** ainda girava em torno de 250%.

Um dos integrantes da equipe econômica do ex-presidente, o professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Luiz Roberto Cunha, admite que a falha dos primeiros planos foi não ter criado uma "moeda virtual", como a Unidade Real de Valor (URV), implementada em 1993.

"Ele (Plano Real) criou um mecanismo, aprendendo com os erros do passado, que, de fato, fez com que você tivesse um período em que o consumidor já tinha voltado a poder comparar os preços de um bem com o outro, ou do mesmo bem em dois locais diferentes, porque eles todos eram fixados em URV", avalia o acadêmico.

A "moeda-virtual", assim chamada por não ser considerada uma moeda, propriamente dita, constava nos preços junto com os valores em cruzeiro real, para servir como uma referência dos valores que seriam adotados a partir de então. O índice tinha paridade direta com o dólar, ou seja: 1 URV = 1 US\$. "A pessoa ia para o supermercado, olhava o preço da banana e via lá que estava em 1 URV, e ia no supermercado do outro lado da rua e lá era 1,20 URV. Com isso, ela voltava para o supermercado anterior e comprava a banana pelo preço mais barato", exemplifica Cunha.

Desenvolvimento social Além de reduzir as

desigualdades, o real proporcionou o desenvolvimento de cidades com níveis mais precários. Um exemplo próximo ao centro do poder é a cidade de Ceilândia, a cerca de 25 km do Plano Piloto, que tem origem na década de 1970.

O diretor da Associação Comercial de Ceilândia (Acic), Cleilton Saraiva, conta que, nos anos 1990, a cidade era muito pobre.

"O Plano Real trouxe para Ceilândia e comunidades do mesmo formato, um processo de ascensão social que transformou a cidade.

A partir daí, as pessoas passaram a se programar, a ter acesso a crédito sem aquela **inflação** que corria. O Plano Real trouxe transformação social econômica e cultural de Ceilândia", destaca.

Com a chegada da nova moeda, Ceilândia registrou uma expansão populacional e um aumento do número de empregos, o que fez com que o local deixasse de ser uma "cidade-dormitório".

Segundo dados da última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), publicada em 2021, cerca de 43% da população de Ceilândia trabalha dentro da própria cidade.

Atualmente, a localidade arrecada em torno de R\$ 6 bilhões de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O diretor da Acic acrescenta que, com o crescimento econômico da cidade, essa parcela pode chegar a R\$ 7,5 bilhões.

Desafios Apesar de ser fundamental para a diminuição da pobreza no Brasil, o real teve efeito limitado e não conseguiu extinguir esta realidade social dramática em várias regiões do país. Selma Geralda da Silva, tem 47 anos e é dona de casa. Mãe solo e com 4 filhos para cuidar, a moradora da Estrutural vivencia uma série de dificuldades ocasionadas pelo aumento da **inflação**, sobretudo após o período da pandemia de covid-19.

Selma era adolescente quando o Plano Real começou a entrar em vigor no país. Na época, a família morava em um ambiente rural e passava por muitas necessidades.

"Naquele tempo, a gente tinha muitas necessidades. Às vezes não tinha nem o que comer, ou roupas, calçados eram muito caros, e minha mãe era de uma família muito humilde", relata.

Mas o cenário não mudou muito. Selma já foi manicure, cabeleireira, babá, freelancer, doméstica,

além de outras profissões ao longo da vida. Apesar disso, não consegue arranjar um novo emprego e tem que se virar com o pouco dinheiro que recebe, por meio da ajuda social e de programas do governo. "Não sei se mudou muita coisa. Porque, para a gente conseguir alguma coisa, temos que trabalhar muito.

E a gente não tem voz, somos invisíveis, ainda mais no local em que a gente mora, com extrema vulnerabilidade", aponta Selma.

Dificuldade semelhante é o que passa Gisele de Sousa da Trindade, de 27 anos, mãe de três filhos, e também moradora da Estrutural. Mesmo tendo nascido após a criação do real, ela conta da dificuldade que é conviver com a **inflação** e lembra da época em que os preços ainda eram menores, após o lançamento da moeda. "Às vezes a minha mãe dava moeda para a gente e a gente vinha com um monte de balinha. Hoje em dia, se você dá R\$ 1 para uma criança, ela vem com um pirulito", afirma.

"O custo é bem alto, porque tem remédio, calçado, material escolar e muitos outros custos que envolvem crianças. E o salário também não dá para manter, é bem complicado", acrescenta Gisele. "Faz tempo que eu não faço uma compra bem farta para minha casa. Eu recebo um benefício de R\$ 250 por mês, que não dá para comprar quase nada.

Você pega quatro sacolas e quando você vê, o cartão foi todo", conclui.

O ex-diretor do Banco Central entre 1985 e 1988 e entre 1999 e 2003, Carlos Eduardo de Freitas, afirma que, mesmo acabando com a hiperinflação, o Brasil ainda tem que superar as distorções políticas, que impedem o avanço das pautas econômicas.

Ele cita um caso bem recente - o conflito entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o atual presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto.

"Temos uma carga tributária ainda muito elevada, o que afeta a população mais carente.

Há preocupações muito equivocadas com políticas sociais.

Porque a taxa de juros no país é alta? Em primeiro lugar, porque a poupança é pequena. O setor privado poupa mais ou menos uns 18% do **PIB**. O setor público "despoupa" de 3% a 4%.

Com isso, a capacidade de crescimento diminui. Então é preciso levar o setor público a ter uma poupança zero, e não negativa", explica.

"Há preocupações muito equivocadas com políticas sociais. Por que a taxa de juros no país é alta?"

Em primeiro lugar, porque a poupança é pequena"
Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do BC

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6144/05-07-2024.html?all=1>

O mercado está mais calmo

ROSANA HESSEL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recuou estrategicamente, ontem, nas críticas ao Banco Central e parou de minimizar os riscos fiscais que estão no radar.

As recentes falas de Lula vinham contribuindo para que a divisa norte-americana aumentasse, chegando a ultrapassar os R\$ 5,70, nesta semana.

Em evento na quarta-feira, Lula reforçou o apoio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e permitiu corte de R\$ 25,9 bilhões de despesas obrigatórias no Orçamento de 2025, além de garantir respeito ao novo arcabouço.

"Responsabilidade fiscal não é uma palavra, é um compromisso deste governo desde 2003, e a gente manterá ele à risca", disse o chefe do Executivo. As falas de Lula acalmaram um pouco o mercado e o dólar recuou.

Com as bolsas norte-americanas fechadas ontem, o dólar caiu 1,47%, no mercado à vista, para R\$ 5,486. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia com alta de 0,40%, aos 126.163 pontos, o maior patamar desde 21 de maio.

Especialistas alertam sobre um problema que está no caminho do terceiro mandato do petista: a dificuldade em cumprir as metas fiscais. "A queda do dólar tem a ver, também, com essa sensação de trégua que o governo deu em relação ao fiscal. A anuência do presidente em relação ao arcabouço fiscal dá um período de paz", destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Segundo ele, contudo, ainda é preciso esperar os dados do relatório bimestral de receitas e despesas (no próximo dia 22) e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (Ploa) de 2025, que será divulgado no fim de agosto.

Na avaliação de Vale, o corte de despesas no Orçamento do próximo ano anunciado por Haddad, de R\$ 25,9 bilhões, "não vai no cerne da questão e deixa uma solução de curto prazo que não está claro como será feito".

Analistas são categóricos em afirmar que será difícil para o governo zerar o déficit primário neste ano e no próximo como prevê o novo arcabouço. "A meta fiscal

já estava comprometida mesmo antes da mudança, porque é muito difícil para a regra ficar em pé", destacou Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). Pelas projeções da entidade ligada ao Senado Federal, neste ano, mesmo com um contingenciamento de R\$ 55,7 bilhões, não seria possível cumprir a meta fiscal. "O governo conseguiria entregar a meta de primário de 2024 com contingenciamento de R\$ 55,7 bilhões mais a economia de R\$ 9 bilhões com a revisão de benefícios previdenciários, que o Ministério do Planejamento anunciou na apresentação do bimestral de maio", destacou Andrade. A IFI, que elevou de 2% para 2,2% a previsão de crescimento **PIB** deste ano, prevê rombo fiscal de R\$ 75 bilhões neste ano, e de R\$ 88 bilhões, em 2025.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, reconheceu que o comprometimento do presidente Lula com um contingenciamento e com o próprio arcabouço "foi bastante positivo", porque o mercado "estava cético". Mas, em relação ao possível corte orçamentário de quase R\$ 26 bilhões, manteve-se reticente. "O ponto é que para as questões mais estruturais relacionadas ao gasto, não houve sinal de endereçamento. O mercado quer ver alguma sinalização mais estrutural e de longo prazo, porque é isso que vai dar sustentabilidade realmente, pensando na dinâmica das contas públicas", explicou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6144/05-07-2024.html?all=1>

Importação cresce e reduz saldo comercial de junho em 33%

Estevão Taiar e Marta Watanabe De Brasília e São Paulo

A balança comercial registrou superávit de US\$ 6,711 bilhões em junho. O número foi divulgado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). O resultado foi 33,4% menor do que o registrado no mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao aumento das importações.

As exportações somaram US\$ 29,043 bilhões em junho, queda de 1,9%. As importações alcançaram US\$ 22,332 bilhões, alta de 14,4%. No acumulado do ano, o superávit alcançou US\$ 42,309 bilhões, queda de 5,2%. As exportações somaram US\$ 167,608 bilhões, alta de 1,4%. Já as importações alcançaram US\$ 125,298 bilhões, alta de 3,9%. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 292,907 bilhões, alta de 2,5%.

A queda de 1,9% no valor das exportações brasileiras em junho foi motivada pelo recuo de 2,2% dos preços, já que o volume embarcado cresceu 2%, segundo o diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, Herlon Brandão. Ele destacou a queda de 50% no valor exportado para a Argentina, causada principalmente pelo recuo de 5,1% do **PIB** do país vizinho no primeiro trimestre.

O crescimento da importação foi puxado por bens de capital e de consumo. Em volume, a entrada de bens e serviços aumentou 22,3% contra igual mês do ano passado. A taxa de crescimento é de mais de dez vezes a das exportações, que avançaram 2% em quantidade.

Queda nas vendas para a Argentina reflete retração do **PIB** no país vizinho Herlon Brandão

A alta da importação reflete a atividade, forte nos primeiros meses deste ano, e fundamenta revisões para cima das projeções de investimento para 2024, analisa Lucas Barbosa, economista da AZ Quest.

Ele comenta os preços médios caíram em junho tanto nas importações como nas exportações, resultando em alta de 14,4% no valor importado e queda de 1,9% na receita de exportação na comparação com junho de 2023.

Para Barbosa, um dinamismo com exportações que devem ficar praticamente estáveis e importações em aceleração deve fazer com que os saldos comerciais se reduzam nos próximos meses, quando se olha o acumulado em 12 meses. A estimativa da gestora para 2024 é de superávit em torno de US\$ 85 bilhões.

Nas importações, o economista destaca o ritmo em bens de capital, cujo volume de desembarques cresceu 17,4%, e em bens de consumo, com alta de 11,3%, sempre contra igual mês de 2023. A alta dos investimentos, diz ele, colhe parte do efeito do período em que a Selic seguiu trajetória de queda e fundamenta as revisões de projeção de investimentos para 2024.

Do lado das exportações, diz Barbosa, a mensagem é mais ambígua, com queda de preços em junho em commodities importantes, como soja, mas com "resiliência" em volumes, que aumentaram não só para soja, como também para petróleo e itens como café e açúcar, que têm se tornado cada vez mais expressivos na pauta de embarques, destaca.

A Secex revisou para cima sua projeção para o superávit da balança comercial neste ano, de US\$ 73,5 bilhões para US\$ 79,2 bilhões.

Também foram realizadas revisões nas estimativas para as exportações (de US\$ 332,6 bilhões para US\$ 345,4 bilhões) e nas importações (de US\$ 259,1 bilhões para US\$ 266,2 bilhões). Já a projeção para a corrente de comércio, que é a soma de exportações e importações, passou de US\$ 591,7 bilhões para 611,6 bilhões.

As exportações brasileiras para China, Hong Kong e Macau, principais destinos dos produtos brasileiros, cresceram 4,65% em junho, sempre calculadas pela média diária, em relação ao mesmo mês do ano anterior. As vendas totais para a Ásia subiram 1,73%.

Na mesma base de comparação, as vendas para a América do Norte caíram 4,24%, enquanto para a América do Sul caíram 33,31% e para a Europa subiram 4,99%.

As exportações agropecuárias caíram 3,71% em junho em relação ao mesmo mês do ano anterior. No caso

da indústria extrativa, houve alta de 15,26%, enquanto no caso da indústria de transformação

houve queda de 6,76%. Pelo lado das importações, houve alta de 50,69% nas compras agropecuárias, queda de 4,56% na indústria

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1)**

G20 falha em sanar riscos sistêmicos, diz grupo da sociedade civil

Luís Felipe Azevedo "O Globo", do Rio

O Civil Society 20 (C20), grupo de engajamento que representa a sociedade civil no G20, entregou nesta quinta-feira, 4, um documento com recomendações políticas para o enfrentamento das múltiplas crises globais, como a climática, democrática e de desigualdade econômica. Esta foi a primeira vez que o C20 teve espaço de fala para apresentar as propostas na reunião com todos os sherpas das grandes economias do mundo.

No documento com recomendações gerais, as organizações e movimentos da sociedade civil apontam que o G20 "tem falhado em resolver efetivamente os riscos econômicos sistêmicos", além de seguir fomentando "modelos de produção e consumo insustentáveis, extrativistas e excludentes", que provocam as crises existentes.

Segundo o C20, o grupo mundial também "falhou em prevenir e acabar com guerras" - como a entre a Rússia e Ucrânia - e o "genocídio em curso na Palestina", assim como em "assistir países quando mais precisam, como o caso do Haiti".

Apesar de desafios globais crescentes, o C20 avalia existir solução e pede que o G20 implemente "urgentemente" medidas que considerem todos os grupos e populações em condições vulneráveis. Entre os pontos levantados pelo grupo, está a garantia da democracia, da laicidade e dos direitos humanos.

As organizações da sociedade civil também solicitam a promoção de políticas públicas baseadas em evidências, que sejam integralmente financiadas pelos Estados.

"Soluções existem, mas precisamos de governos tomadores de decisão e que estejam comprometidos a resolver problemas. Não precisamos de medidas paliativas", aponta Alessandra Nilo, sherpa do C20.

As políticas solicitadas devem incluir ações relacionadas a gênero, idade, antirracismo, deficiência e ao clima, "garantindo pleno acesso a trabalho decente, água, terra, moradia, segurança alimentar, educação universal, saúde e sistemas de proteção social".

No campo econômico, o C20 recomenda a substituição do índice de **PIB** per capita por um novo modelo que considere investimentos sociais, econômicos, climático e riscos para a definição de políticas globais.

O grupo também pede a implementação urgente de "planos de transição justa" baseados no desinvestimento em combustíveis fósseis, além da promoção de medidas de mitigação e adaptação climáticas mais ambiciosas e alinhadas ao cenário de 1,5°C.

"Não avançaremos na transição energética sem um olhar especial socioeconômico" Maiara Folly

"Todos os biomas brasileiros estão conectados entre si e internacionalmente", explica o presidente do C20, Henrique Frota. "A percepção desta interdependência é uma mensagem da sociedade civil, que entende não existir uma transição adequada se não estiver olhando para a garantia das comunidades e territórios."

O C20 recomenda a promoção de políticas fiscais "progressivas e justas" baseadas na tributação de super-ricos e na redução de incentivos fiscais para setor privado e corporações que "geram externalidades sociais, econômicas e ambientais".

O fechamento de paraísos fiscais, a eliminação da lavagem de dinheiro e de brechas que facilitem a sonegação fiscal também constam entre os objetivos do grupo, que pede o fortalecimento de instrumentos de cooperação internacional do G20 e trocas de informações entre os países para realização deste trabalho de contenção.

Também é recomendada a reforma da estrutura de governança e práticas das instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento multilateral para, entre os objetivos, democratizar a governança da tomada de decisões, "garantindo voz igual e participação justa do Sul Global e da sociedade civil representativa".

O grupo pede também a redução da carga da dívida e seus custos, particularmente para países de baixa e média renda, entre os motivos, para liberação de recursos para a implementação da Agenda 2030 e climática.

Além disso, as organizações da sociedade civil pedem a garantia da deliberação pública, por meio de transparência e responsabilização sobre o desenvolvimento e uso da tecnologia. O C20 sugere a eliminação da concentração na economia digital e o redimensionamento dos desequilíbrios de poder entre países, plataformas digitais e usuários. Deste modo, o grupo propõe meios de garantir a privacidade dos dados, com olhar crítico ao uso de Inteligência Artificial (IA) em casos com potencial dano aos direitos humanos.

No campo social, o C20 trata sobre o combate à pobreza e a fome, além de recomendar um realinhamento da educação a uma abordagem baseada nos direitos humanos, com financiamento público. A garantia de representação paritária de mulheres na governança das instituições econômicas, sociais, e ambientais, de modo a garantir a coerência nas políticas internas e externas, também é destacada, além do reconhecimento particular de mulheres indígenas como guardiãs da terra e dos ecossistemas.

O documento ressalta a necessidade de proteção dos direitos, da segurança dos trabalhadores e da erradicação da exploração, além da responsabilização de corporações multinacionais e do setor privado "por suas práticas laborais e produtos". A medição da contribuição do trabalho de cuidado não remunerado e a redução da parcela desproporcional carregada por mulheres e meninas também está em pauta.

O fortalecimento dos sistemas de saúde, com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos para todos, e de acesso à Justiça é destacado nas recomendações. O texto pede também o crescimento da segurança jurídica para organizações e movimentos da sociedade civil, ao mesmo passo que destaca a necessidade de redução de gastos militares e da produção de armas.

Também nesta semana, o C20 lançou uma declaração conjunta com o T20 - grupo que reúne think tanks e institutos de pesquisa do G20. O documento, que trata sobre economia, mudanças climáticas e digitalização, apresenta recomendações ao G20.

"Não vamos conseguir avançar na transição energética sem um olhar especial socioeconômico", avalia Maiara Folly, diretora-executiva da Plataforma Cipó e co-lead da Força-tarefa 02, "Ação Climática Sustentável e Transições Energéticas Justas e Inclusivas", do T20 Brasil. "O modelo atual é baseado em uma grande injustiça. Os países desenvolvidos foram os que mais poluíram, enquanto quem mais sofre as consequências são as nações em

desenvolvimento, que não têm acesso a financiamento em termos justos para promover a ação climática."

*

Veja os principais pontos do documento do C20:

Direitos humanos: Propõe garantir a democracia e laicidade por meio de políticas públicas baseadas em evidências e integralmente financiadas pelos Estados.

Economia: Recomenda a promoção de políticas fiscais globais progressivas e justas, além da redução da carga da dívida e seus custos para países de baixa e média renda.

Bancos: Propõe a reforma da estrutura de governança e práticas das instituições financeiras internacionais.

Mudanças climáticas: Recomenda a implementação de planos de transição justos, com desinvestimento em combustíveis fósseis e medidas de adaptação e mitigação climáticas mais ambiciosas.

Desigualdade social: Propõe a erradicação da pobreza e da fome, garantindo empregos decentes, segurança e acesso a saúde e educação.

Mulheres: Recomenda representação paritária na governança de instituições e a medição da contribuição do trabalho de cuidado não remunerado.

Trabalho: Destaca a necessidade de proteger direitos e segurança dos trabalhadores e erradicar a exploração.

Saúde: Recomenda garantir os direitos sexuais e reprodutivos para todos com serviços acessíveis e facilitados.

Segurança: Propõe reduzir os gastos militares e a produção de armas, além de aumentar a proteção jurídica para organizações e movimentos da sociedade civil.

Tecnologia: Pede a garantia da deliberação pública, além da transparência, responsabilização e aplicação sobre o desenvolvimento e uso digital.

Documento traz recomendações que vão de direitos humanos a tecnologia

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1>

Emprego e renda indicam que PIB pode surpreender (Editorial)

A economia eleve crescer mais do que o previsto, como tem ocorrido nos últimos anos e como indica o comportamento do mercado de trabalho e da renda, que se aproxima dos melhores números do século. O desemprego caiu no trimestre móvel encerrado em maio para 7,1%, a taxa mais próxima do recorde de 6,8%, observado em 2014. O número de pessoas sem trabalho caiu pela primeira vez em muito tempo para abaixo dos 8 milhões.

O Banco Central reviu suas projeções para o crescimento do **PIB**, de 1,9% para 2,3%, em coro com uma série de consultorias que esperam um resultado melhor em 2024. A previsão mais otimista continua sendo a do Ministério da Fazenda, de 2,5%, mas todas as demais estão com viés de alta. O BC avalia, admitindo um alto grau de incerteza, que a tragédia no Rio Grande do Sul terá um impacto modesto sobre a atividade e que ele será especialmente concentrado no segundo trimestre. As estatísticas do IBGE sobre o desempenho da indústria, que teve queda de 0,9% em relação ao mês anterior, foram mais positivas do que o que se previa sobre os efeitos econômicos negativos da tragédia gaúcha.

Como era esperado, a performance da economia será mais equilibrada este ano e menos dependente de resultados extraordinários da agricultura, como ocorreu no ano passado - em 2024, segundo o BC, o setor deve recuar 2%. Empurrarão simultaneamente o **PIB** para cima os gastos das famílias e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), reduzindo um pouco, e talvez apenas provisoriamente, a preocupante defasagem entre aumento do consumo e os investimentos destinados a expandir a capacidade de oferta e elevar a produtividade. O consumo das famílias, pela previsão do BC no Relatório de **Inflação** de junho, teve aumento significativo - de 2,3% para 3,5% -, enquanto a FBCF deverá crescer 4,5% ante a tímida expectativa de 1,5% anterior.

É a demanda doméstica que permitirá um **PIB** o mais próximo possível do de 2023 (2,9%). Ela deverá se expandir 3,2%, amortecendo o peso negativo da demanda externa, que retirará 0,9 ponto percentual do **PIB** no ano. As importações estão crescendo a um ritmo mais forte do que as exportações, graças ao vigor das atividades, o que reduzirá um pouco o saldo comercial recorde do ano passado, de R\$ 98,8 bilhões.

A geração de empregos com carteira assinada aumentou e o saldo médio mensal de empregos dessazonalizado, de acordo com o novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), subiu para 200 mil no trimestre fevereiro-abril. O número é muito superior aos 139 mil observados do fechamento do trimestre novembro-janeiro, que, por sua vez, já superava o ritmo registrado em 2019, antes da pandemia.

A troca de emprego voluntária, motivada pela quase certeza de melhor remuneração prospectiva, aumentou e chegou ao maior nível desde abril de 2009. A relação entre desligamentos por vontade própria e total de desligamentos aumentou na margem-uma em cada três pessoas que deixaram sua ocupação o fez intencionalmente. E, ao contrário de épocas de abundância de mão de obra, quando calam, os salários de admissão estão subindo mês a mês. Eles cresceram 0,3% no trimestre encerrado em abril, depois de aumentarem 0,5% no trimestre findo em janeiro. Como um todo, os reajustes médios dos salários nominais subiram 4,8% nos três meses encerrados em maio. O reajuste real, por seu lado, avançou em ritmo menor ante o trimestre anterior-0,7% ante 0,9%.

Para a queda do desemprego e melhora salarial foi determinante, segundo o BC, o aumento da ocupação, algo que só começou a ocorrer na segunda metade do ano passado. A expansão foi de 0,5% no último trimestre encerrado em maio, depois de alta de 0,8% no trimestre anterior. O resultado de todos esses números é que a massa habitual de salários continua aumentando, atingindo perto de R\$ 318 bilhões mensais, e, consideradas todas as fontes de renda (renda nacional disponível bruta das famílias), inclusive precatórios, avançou a R\$ 521 bilhões.

O aumento de renda e o avanço do emprego, que elevam o consumo das famílias e o crescimento, tornam mais lenta a queda da **inflação**. A **inflação** dos serviços intensivos em trabalho em 12 meses registrou 6,15% em maio, e a dos serviços subjacentes, mais ligados ao ciclo econômico, 5%, evolução ainda incompatível com a meta de 3% do IPCA. A interrupção dos cortes da Selic, em um nível de juro real muito alto, tenderá a desacelerar um pouco a atividade econômica e reduzir o IPCA lentamente, na

suposição de que os estímulos concedidos pelo governo diminuam ou ao menos se estabilizem.

A escalada recente do dólar prejudica a convergência do nível de preços para a meta, mas pode ter sido só um interregno desnecessário e desfavorável à queda da **inflação**. O presidente Lula prometeu responsabilidade fiscal e o ministro Fernando Haddad, cortes no orçamento, para cumprir as metas fiscais. Se cumprirem suas promessas, os tumultos de junho ficarão no passado e a economia poderá crescer em um ritmo adequado, sem sobressaltos.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187920?page=1§ion=1)**